

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 055

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Termo de Reassunção de Cargo:

TERMO DE REASSUNÇÃO DO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO HERMAS EURÍDES BRANDÃO

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, o Exmo. senhor deputado Hermas Eurídes Brandão reassumiu, na forma regimental, o cargo de presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual estava sendo exercício pelo deputado Elio Lino Rusch, 1º vice-presidente.

Eu, Abib Miguel, diretor-geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. senhores deputados Hermas Eurídes Brandão e Elio Lino Rusch.

Curitiba, em 07.05.2002.

(aa) HERMAS EURÍDES BRANDÃO
ELIO LINO RUSCH

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2002

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos

Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 016/2002

Curitiba, 29 de abril de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. e aos ilustres membros dessa egrégia Assembléia Legislativa, para encaminhar-lhes o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Apoio ao sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

Essa operação - no valor de até US\$100,000,000,00 - possibilitará a continuidade da política de desenvolvimento urbano, promovendo melhoria da qualidade de vida da população, com a implementação de ações estratégicas de apoio às municipalidades paranaenses, para satisfação das demandas por serviços básicos de bens públicos, cujos benefícios ultrapassam os limites jurisdicionais dos municípios.

Como se trata de recurso externo, aludido projeto de lei contempla exigência da Secretaria do Tesouro Nacional, de vez que a operação contará com aval da União.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$100,000,000,00 (cem milhões de dólares norte-ame-

ricanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para a implementação do Programa de Apoio ao Sistema Financeiro de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

Art. 2º - Os prazos para amortização e carência, os juros e taxas adicionais referentes aos financiamentos a serem contratados obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3º - Para a garantia da operação de que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantias às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do artigo 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em Direito admitidas.

Art. 4º - O Poder Executivo incluirá no orçamento anual, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta lei.

Parágrafo Único - O referido serviço, entendido como o tal de juros, encargos e amortizações, decorrente da dívida a ser contratada, ficará sob a responsabilidade do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido através da Paranacidade.

Art. 5º - Os recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como os resultados de suas aplicações e retornos integrarão o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, na forma da Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Art. 6º - Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais respectivos, até o valor das operações contratadas com base nesta lei, para atendimento das despesas com as suas aplicações.

Parágrafo Único - Os recursos para abertura de créditos adicionais de que trata este artigo serão os provenientes da operação de crédito a ser realizada, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/156 a 160/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

024/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção de Usina Hidrelétrica Fundão, a ser implantada no km 22,7 do Rio Jordão, na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.524. **Anote-se - Arquivo-se.**

025/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção de Usina Hidrelétrica Santa Clara, a ser implantada no km 38,4 do Rio Jordão, na divisa dos municípios de Candió e Pinhão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.525. **Anote-se - Arquivo-se.**

035/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória a alienar o imóvel que especifica, matriculado sob o nº 8.475, do Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porto União, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.526. **Anote-se - Arquivo-se.**

443/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe que nas localidades que não dispõem de agências Banestado-Itaú o pagamento dos servidores estaduais far-se-á em agências de outros bancos, situadas na localidade de trabalho do servidor, se ativo, ou na localidade da residência, se inativo, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.527. **Anote-se - Arquivo-se.**

673/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção e operação da Central Térmica de Pitanga, usina elétrica a gás, a ser implantada no município de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.528. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/155/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 012/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 2052/2002, da Sra. Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro, diretora de Gestão e Planejamento, comunicando convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e a Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de apoiar a realização de atividades relacionadas ao Centro Escolar, bem como à Manutenção da Operacionalidade do Sistema Integrado de Informações Educacional com aquisição de equipamentos de informática, no valor de R\$489.120,00 (oitenta e nove mil cento e vinte reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 438/2002, do Sr. Antonio Carlos Pereira de Araújo, diretor-presidente da Agência de Fomento do Paraná S.A., encaminhando Prestação de Contas da Agência e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, concernente ao exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 803/2002, do Sr. José Tavares, secretário da Segurança Pública, encaminhando Prestação de Contas do Departamento de Trânsito - Detran, referente ao exercício de 2001. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1096

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 195/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 012/2002, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Amena - Associação Mantenedora do Ensino, imóvel nesta Capital, no bairro do Portão.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 260/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 015/2002, que autoriza o Poder Executivo a conceder gratificação ao servidor público da Paranaeducação (CLT) administrativo e serviços gerais.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1098

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 194/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno, até o valor de R\$100.000.000,00, junto ao BNDES para, através da COMEC e juntamente com a Prefeitura de Curitiba, através da URBS, implantar o Programa de Integração da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 167/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/2002, que autoriza o Poder Executivo a prorrogar por 4 anos o prazo para ces-

são do imóvel de propriedade da Fundepar, ao município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 092/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 006/2002, que autoriza cessão de uso de imóvel situado no bairro Novo Mundo - Curitiba ao Poder Executivo Municipal.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 284/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 016/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao BIRD para implementação do Paraná Urbano II.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 363/2001, item 12 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 996

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 381/2001, item 08 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia por uma Sessão, a 1ª discussão do Projeto de Lei nº 212/2000, de autoria do

deputado Ricardo Maia, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor doutor Anibal Bianchini da Rocha.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 704/2001, 262/2001, 226/2001, 527/99, 010/99, 80/99 e 69/2001, que objetivam criação de agência reguladora de serviços públicos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1116-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja votado o Projeto de Lei nº 212/2000, item 07 da Ordem do Dia, logo após a votação dos projetos constantes da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja realizada, neste recinto, no dia 23 deste, no horário de 09 às 12 horas, uma audiência pública para o debate do Projeto de Lei 694/2001, de minha autoria.

Requer ainda, também, seja patrocinado pela Casa todo o apoio logístico para a realização da mesma.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja a Comissão Executiva, autorizada a designar uma representação para assistir a canonização de Madre Paulina, no próximo dia 19 no Vaticano.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do Senado Federal, Câmara dos Deputados e algumas Assembléias Legislativas do País, que já designaram missão oficial para assistir à canonização de Madre Paulina do Coração Agonizante, a primeira Santa do Brasil, que ocorrerá no dia 19 de maio no Vaticano. É prudente que a Assembléia Legislativa do Paraná seja

representada por uma comissão, preferencialmente encabeçada e chefiada pelo presidente desta Casa. É um fato inédito no Brasil, ter uma santa brasileira canonizada, por isso merece ter uma representação paranaense.

Madre Paulina nasceu na Itália, mas passou a maior parte da vida em Santa Catarina, na cidade de Nova Trento, fundadora da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

Madre Paulina teve dois milagres reconhecidos na Santa Fé. Faleceu em 1942 aos 76 anos de idade.

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosa-mente, REQUER, seja realizada Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Senador Osmar Dias, no dia 27 de maio de 2002, às 17h00.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, determinar realização de Sessão Especial em 29 de maio de 2002, para comemoração do dia Estadual da Etnia Italiana.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O ato servirá para homenagear a cultura italiana, já que através de projeto de lei foi declarado dia 02 de junho como Dia Estadual da Etnia Italiana.

Cabe ainda ressaltar a grande importância desses bravos imigrantes que tanto contribuíram para o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja reservado o Grande Expediente do próximo dia 15 de maio, para explanação dos projetos desenvolvidos pelo SESC-PR nas suas ações junto à comunidade.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente (Paulino Sassi - Prefeitura Municipal CEP. 85460-000) com votos de profundo pesar à família Sassi, pelo precoce falecimento do

jovem Juliano Sassi do município de Quedas do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Juliano Sassi, deixou consternada toda a população de Quedas do Iguaçu.

Filho de Lorena e Paulino Sassi, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre doloroso dever de associar à dor e ao pesar recebidos pela família Sassi e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente (Churrascaria Xaxim - Guaraniáçu-PR CEP. 85400-000) com votos de profundo pesar à família Mazzanetto Théo, pelo precoce falecimento do Sr. Luiz Théo do município de Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Luiz Théo, deixou consternada toda a população de Guaraniáçu. Há muitos anos residindo no município; marido, pai e avô exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O Sr. Luiz soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que neste momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa votos de pesar pelo falecimento da Sra. Lourdes de Oliveira Quarenghi.

Requerem, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada na pessoa de sua filha, Maristela Quarenghi Requião.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, ORLANDO PESSUTI, RICARDO CHAB, WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Lourdes de Oliveira Quarenghi, nascida em 1916, era mãe de Maristela Quarenghi Requião e portanto sogra do senador Roberto Requião.

Encontrava-se bastante adoentada e veio a falecer no dia 27 de abril passado deixando abalados seus familiares que certamente irão sentir grande saudade da figura carinhosa e humanitária que era D. Lourdes.

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao jornal A Folha da Imprensa, pelo seu novo e moderno formato sempre trazendo informações imprescindíveis a toda a população de nosso Estado.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Alcy Ramalho Filho, fundador do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Machado de Assis, 462 - CEP 80.030-370 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER o envio votos de congratulações à Procuradora do Tribunal de Contas, Dra. Kátia Regina Pucharski, em razão da posse como Procuradora Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Procuradora de carreira, a Dra. Kátia Pucharski responderá pelo cargo pelo prazo de dois anos.

Tem o presente também a finalidade de externar à nova Procuradora Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas votos de sucesso e trabalho profícuo na defesa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr.

Néfi Cordeiro, pela sua nomeação como novo desembargador do TRF - 4ª Região.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O juiz federal paranaense Néfi Cordeiro é o novo desembargador federal do Tribunal Regional Federal - 4ª Região. O ato de nomeação foi assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A escolha foi feita a partir da lista tríplice com nomes escolhidos em 22 de março pelo Pleno da Corte. O magistrado preencherá a vaga aberta com a aposentadoria da desembargadora federal Luíza Dias Cassales, em fevereiro.

Néfi Cordeiro tem 38 anos e é o titular da 8ª Vara Federal de Curitiba, e já foi diretor do Foro de Justiça Federal do Paraná. Nasceu em Curitiba e graduou-se pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1998 e em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1998. Formou-se ainda em 1983 no Curso de Formação de Oficinas da Academia Policial do Guatupê, de nível superior. Pela Universidade Federal do Paraná, concluiu doutorado em Direito das Relações Sociais, em 2000, e mestrado em Direito Público, em 1995, ambos com concentração na área criminal.

Já desempenhou as funções de Promotor de Justiça em Araucária e Palmital, entre 1989 e 1990 e de Juiz de Direito, de 1990 a 1992, nas comarcas paranaenses de Castro, como substituto. Agora integra também a Turma Recursal do Paraná, que julga os recursos contra decisões dos recém-implantados juizados especiais federais no Estado.

Pela merecida nomeação, receba o Dr. Néfi Cordeiro (Rua Miguel Couto, 301 - Bairro Menino Deus - CEP: 90850-050 - Porto Alegre/RS, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Guaratuba, pela passagem de seus 231 anos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Guaratuba está comemorando hoje seus 231 anos de fundação e é um dos mais antigos municípios do nosso Estado. Seus antigos moradores estabeleceram-se aqui em 1656 e em 05 de dezembro de 1765 foi determinada a formação de uma povoação na enseada de Guaratuba.

Em 30 de abril de 1770 foi fundada no local a primeira Câmara Municipal e em 29 de abril o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha. Em 20 de outubro

de 1938, foi extinto o município, passando a ser distrito com território pertencente a Paranaguá. Somente em 10 de outubro de 1947, pela Lei nº 02, é que foi restaurada a autonomia municipal, sendo instalado o novo município em 25 de outubro do mesmo ano.

Ao longo desses 231 anos, Guaratuba cresceu muito e tornou-se um lugar de referência do nosso litoral. Possui bela orla marítima e infra-estrutura invejável, o que atrai constantemente turistas para suas terras. A cidade cresceu tanto, que possui porte não de cidade de veraneio, mas de cidade produtiva, com moradores fixos e vida própria.

Quem visita Guaratuba, dela não se esquece e geralmente volta, pois ali estão, lado a lado o conforto e a modernidade aliados à história do nosso Paraná. Há ali uma Igreja matriz com 250 anos, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional que, com o tempo ficou pequena para tantos fiéis. E Guaratuba agora lança a pedra fundamental da construção na nova Igreja - mais uma vez a modernidade ao lado da história da cidade e do nosso Estado.

Pela comemoração dos gloriosos 231 anos de Guaratuba, receba seu prefeito municipal - José Ananias dos Santos (Prefeitura Municipal - Rua 29 de Abril, 425 - 83280-000 - Guaratuba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Vinhos Campo Largo pela comemoração de seus 60 anos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Vinhos Campo Largo completou 60 anos de fundação. Empresa totalmente paranaense está instalada na Região Metropolitana de Curitiba, produz uma linha de produtos que inclui vinho tinto de mesa seco e suave, branco de mesa seco e suave, rosado de mesa e suave e cooler de vinho branco e suco de pêssego.

A Campo Largo está entre as 5 vinícolas do Brasil, é líder de mercado de vinhos de mesa no Sul do país e a mais lembrada do Paraná pelos consumidores. A produção e o armazenamento dos vinhos da marca Campo Largo são feitas na unidade São Marcos (RS), numa área de 3,4 mil metros quadrados. Mas lá a bebida só é produzida e armazenada. É no Paraná que o vinho recebe açúcar, é pasteurizado, filtrado, envasado e distribuído.

Fundada em 1939, pela família Zanlorenzi, compostas por netos de imigrantes italianos que haviam começado a elaborar vinhos para consumo próprio. Hoje, mais de 60 anos depois, a família continua consumindo o vinho que fabrica e com ela, quase 90% dos brasileiros. No início a empresa chamava-se Zanlorenzi e Irmãos e

posteriormente passou a chamar-se Vinhos Campo Largo.

Pela comemoração dos gloriosos 60 anos receba a empresa Vinhos Campos Largo, através de sua diretoria (Av. Mal. Floriano Peixoto, 255 - 803606-290 - Campo Largo/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Odontológica do Norte do Paraná, alusivos à posse da nova diretoria para o biênio 2002/2003, ocorrido em 01 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, Prof. Antônio Ferelle, através de correspondência a ser enviada à Rua Rolândia 295 CEP 86060-310 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente com votos de congratulações ao Sr. Renato Nápoli, eleito presidente da Associação Comercial, Cultural, Industrial e Agropecuária de Ponta Grossa.

Pela segunda vez, Renato Nápoli assume a presidência da associação, sendo a primeira na gestão 93/98. Com um modelo de gestão participativa, a mesma foi marcada pelo envolvimento de entidades de classe, poder público e comunidade em geral, tornando-se isso, benefício para a comunidade princesina.

Queremos parabenizar também aos demais componentes da diretoria eleita: Jordão B. de Almeida, Ala A. Marochi, Cesar Moro Tozetto, Djanuzi Fontini Reis, Fabiano Yazid Salum, Mario Nami Filho, Carlos M. Chaim Jabur, Ernesto José Moro Martins, Railda Schiffer, Anar Bueno, Rogério Scheffer, Edmilson L. Baggio, Walter Kloth, Sergio Scorsim e demais representantes de conselhos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER, que seja enviado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, votos de congratulações pelo seu 29º aniversário, comemorado no dia 26 de abril, e que, do presente se dê ciência ao diretor-presidente: Alberto Duque Portugal, ao

chefe geral da Embrapa Soja: Dr. Caio Vidor, ao chefe geral da Embrapa Florestas: Dr. Vitor Afonso Hoeflich e ao gerente da Embrapa Transferência de Tecnologia - Londrina: Luiz Carlos Miranda, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio de geração adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologia, em benefício da sociedade.

A Embrapa atua por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, três Serviços e 15 Unidades Centrais (veja o Organograma), estando presente em quase todos os Estados da Federação, nas mais diferentes condições ecológicas.

No Paraná, a Embrapa possui duas unidades de pesquisa, a Embrapa Soja, em Londrina e a Embrapa Florestas, em Colombo.

Para chegar a ser uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical, a empresa investiu sobretudo no treinamento de recursos humanos, possuindo, hoje, 8.530 empregados dos quais 2.045 são pesquisadores, 47% com mestrado e 49% com doutorado, operando um orçamento da ordem de R\$660 milhões anuais.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária-SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologia para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial. A oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por 3 vezes enquanto que a de frango aumentou 10 vezes. A produção de leite aumentou 7,9 bilhões de 1975 para 20,3 bilhões de litros, em 2000 e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de 9 milhões de toneladas, em uma área de 700 mil hectares, em 1980, para 14 milhões de toneladas, em 850 mil hectares em 1999. Além disso, programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologias e sistemas de produção para aumentar eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

Na área de cooperação internacional, a Empresa mantém 275 acordos de cooperação técnica com 56 países e 155 instituições de pesquisa internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria. Para

ajudar neste esforço, a Embrapa instalou nos Estados Unidos, com apoio do Banco Mundial, um laboratório virtual para o desenvolvimento de pesquisa em tecnologia de ponta. Esse laboratório, conta com as bases físicas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Washington permitindo o acesso dos pesquisadores à mais alta tecnologia em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática e agricultura de precisão.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Sadia, em comemoração aos 40 anos de importante presença no Estado do Paraná.

A Sadia conta com cinco unidades instaladas no Estado. A qualidade é comprovada como top of mind no seguimento de frangos na região e a segunda mais lembrada em todas as outras categorias. É conhecida em quase todo país assim como no mundo pelos produtos de qualidade que são exportados para a Europa, Ásia, Oriente Médio e Mercosul.

A empresa está presente no Estado gerando mais de nove mil empregos diretos, somando forças e apoiando a comunidade, através de seus diversos projetos sociais e ambientais, como a Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica, Reciclagem de Material, Prevenção de Acidentes do Trabalho, entre outros.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência aos funcionários e diretores das Unidades fabris instaladas no Paraná, em nome do diretor-presidente da Sadia Frigobrás - Cia. Brasileira de Frigorífico - Unidade de Ponta Grossa, senhor Gilmar José Merkes, na Rua Leopoldo Fróes, 1000 - Ponta Grossa - PR 84030-120.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações ao prefeito de Cascavel Edagar pelo Projeto Minha Casa, que terá inauguração oficial no dia 03 de maio de 2002 e que já está beneficiando cerca de 503 famílias.

A promissora cidade de Cascavel, assim como as demais cidades, também tem seu lado de miséria e pobreza. A administração municipal, ciente dos problemas sociais da população criou o Projeto Minha Casa, patrocinado pela própria prefeitura, através do qual diversas famílias estão deixando seus barracos de lona para morar em casas com 40 metros quadrados, com telha de barro, alvenaria e infra-estrutura de apoio, como água, energia elétrica e pavimentação, sendo a prestação de R\$1,00 (um real) por dia.

Além da nova moradia, as famílias estão recebendo acompanhamento permanente de assistentes sociais e equipes da Secretaria de Ação Social e da Assessoria de Assuntos Comunitários. Todas as manhãs são entregues gratuitamente, cerca de 850 pães e 700 pacotes de leite de soja, produzidos no Centro Social Urbano do bairro São Cristóvão, como forma de auxiliar na alimentação. Também estão sendo implantadas galerias de águas pluviais e pavimentação em algumas ruas do conjunto, um salão de múltiplo uso para cursos e trabalhos diversos, creche, play-ground e um mini-centro esportivo. A área da saúde também foi lembrada e a estrutura da Unidade Básica de Saúde de um bairro vizinho passou por melhorias, para melhor atender aos novos moradores.

Este é um projeto inteligente que tem por objetivo o resgate da cidadania, proporcionando aos cidadãos de Cascavel melhores condições de moradia com mais dignidade.

Sala das Sessões, 07.05.2002.

(aa) ELI GHELLERE

e LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Idel Alvir Costa e Araci Andretta Costa, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje votos de congratulações à Diretoria da Pasa - Paraná Operações Portuárias S/A, pela inauguração do terminal de embarque especializado em açúcar a granel, o primeiro do gênero no Sul do País, a ser realizado no próximo dia 03 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos diretores da Pasa por meio de correspondência a ser encaminhada para Avenida Portuária, s/nº, Bairro D. Pedro II, 83.221-570, em Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1015

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje votos de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos e ao Exmo. professor doutor Carlos Moreira Júnior, por ocasião da transmissão do cargo de Reitor, ocorrida no dia 29 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos e ao Exmo. professor doutor Carlos Moreira Júnior, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, Rua XV de Novembro, 1299, em Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje votos de congratulações ao Procurador-Geral do Trabalho, Sr. Guilherme Mastrichi Basso, e à Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, pela inauguração da Subsede, em Maringá, a ser realizada no próximo dia 14 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao procurador-geral do Trabalho Guilherme Mastrichi Basso, e à Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Marisa Tiemann, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Procuradoria Geral do Trabalho, Rua Jaime Reis, 331 - São Francisco, 80510-010, em Curitiba, e à Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Avenida Centenário, 116, em Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje votos de congratulações ao município de

Santa Terezinha de Itaipu/PR pela comemoração do 20º aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor prefeito Cláudio Eberhard; à senhora vice-prefeita Lenir Spada e ao presidente da Câmara Municipal, vereador João Alves, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos pela posse dos eminentes juízes, nesta data, no Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, Drs: Glademir Vidal Antunes Panizzi; João Kopytowski; Toshiharu Yokomizo; Edvino Bochnia; Valter Ressel; Dimas Ortêncio de Melo; Arquela Araújo Ribas; Antonio Renato Strapasson; Hamilton Mussi Correa; Luiz Lopes; Nilson Mizuta; Paulo Habith; Wilde de Lima Pugliesi; José Augusto Gomes Aniceto; Eugênio Achille Grandinetti; Miguel Kfoury Neto; Marcos de Luca Fanchin; Paulo Edilson de Macedo Pacheco; Lauri Caetano da Silva; Elio Henrique Lopes Fernandes Lima; Guido José Dobeli; Carlos Mansur Arida.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência aos eminentes juízes aqui nominados.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este.

A notícia da nomeação e a posse dos eminentes juízes para o Tribunal de Alçada, galvanizou a população paranaense.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fizeram e fazem pela justiça da qual são membros eminentes. E para que não fôssemos acoiados de esquecidos, aqui estamos para prestar a todos a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que embora não corresponda à magnitude e à grandeza dos méritos de todos, servirá todavia, para testemunhar nossa gratidão.

A Justiça é sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais dignifica o homem e mais o aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte? A Justiça porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. Estes são os juízes.

Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio. Do juiz dependem o bem-estar e a paz da sociedade.

Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só heróis podem abraçá-lo.

O juiz terá que por constantemente o cérebro acima do coração. No julgamento não poderão interferir pensamentos de ordem subalterna, nem do seu coração interesses de ordem afetiva.

Eis porque é o juiz encarado como um ser sobrenatural ao qual todo o respeito e acatamento são devidos. E aí do povo que assim não considerar aqueles aos quais esta afeta a distribuição da Justiça.

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, pelo recebimento do Prêmio Serviço Comunicação Nota 10.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, bem como ao Sr. Pedro Joanir Zonta, presidente da Associação dos Supermercados (Apras).

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA

O empresário, Dr. Paulo Cruz Pimentel, diretor do grupo de empresas de comunicação que leva o seu nome, recebeu durante a abertura da Mercosuper 2002 e XXI Convenção Paranaense de Supermercados, o Prêmio Serviço Comunicação Nota 10, destinado ao SBT do Paraná.

Depois da votação, da qual participaram mais de dois mil filiados da Associação Paranaense de Supermercados (Apras), o Grupo Paulo Pimentel foi escolhido como o mais representativo na área de comunicação para o setor supermercadista.

O troféu foi entregue pelo presidente da Apras, Pedro Joanir Zonta.

Temos sempre na lembrança uma frase que certo dia ouvimos do saudoso Dr. Tancredo Neves: "A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. O mesmo apoio é o que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos."

Hoje transferimos essas palavras diretamente ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, para que receba e transmita a todos os profissionais participantes do Grupo Paulo Pimentel.

A comunicação é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

A importância da comunicação na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, congratula-se com as organizações Paulo Pimentel, na certeza que o seu diretor-presidente, colaboradores e demais funcionários continuarão na luta para o sucesso cada vez maior para outros prêmios que certamente virão.

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à S. Exa. Revma. D. Murilo Krüger pela sua posse como arcebispo de Florianópolis.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à S. Exa. Revma. D. Murilo Krüger.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dom Murilo Krüger, nasceu em Brusque, Santa Catarina, onde seu pai possuía uma livraria chegando a ser secretário municipal de Educação.

Dom Murilo está completando 17 anos de sacerdócio, depois de sua primeira experiência como bispo auxiliar de Florianópolis entre os anos de 1985 a 1991, sendo nomeado bispo de Ponta Grossa, onde ficou até 1997, para depois ser designado para a Arquidiocese de Maringá, ficando até agora, para assumir no último dia 27, a fundação de Arcebispo da Capital Catarinense.

Temos absoluta certeza ser grande a satisfação da população catarinense ao receber um prelado da estirpe de Dom Murilo. Recebê-lo como ovelha submissa de seu imenso rebanho, está a população toda para atender a sua benção paternal e venerar em sua pessoa, aqueles que Cristo elegeu para lançarem os alicerces da sua igreja. É S. Exa. Revma. o portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de sua piedade e de sua abnegação ecoou entre a população de Ponta Grossa e Maringá no Paraná, não sendo, portanto, desconhecida a auréola de santidade que lhe nimba a fronte.

A ação de Dom Murilo, tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acham sob sua jurisdição eclesástica.

Temos convicção que como ovelhas submissas, os catarinenses estarão prontos para ouvirem a palavra apostolar de Dom Murilo, para imitarem os seus exemplos, a seguirem os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar pelo ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, na certeza que vai estar entre filhos que estão ansiosos para lhe demonstrar apreço e afetuoso amor filial.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, entende ser este dia feliz para se reconhecer as qualidades de um ministro de Deus, como Dom Murilo Krüger é qualquer coisa de tão

sublime que somente aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa, para continuarmos trilhando o caminho da fé.

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Associação de Câmaras Municipais do Sul do Paraná (Acamsul), pela passagem do seu 16º ano de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao vereador Gilberto Francisco Brittes, presidente da Acamsul, para que receba e transmita, a todos os demais vereadores da região, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Câmaras Municipais do Sul do Paraná (Acamsul) completou no último dia 12, seu 16º ano de fundação e congrega atualmente 12 Câmaras Municipais com 118 vereadores.

Nosso coração transborda de alegria e emoção, que ao redigir este requerimento as palavras serão incapazes de traduzí-las. Esperamos porém, o beneplácito de todos os senhores vereadores, pois é indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços tudo fez e fará pela sociedade que representa.

Numa democracia, todas as correntes de opinião têm o direito de fazer ouvir a sua voz, mormente quando todos se acham irmanados no propósito de bem servir à causa pública.

O Legislativo do município, órgão onde repercute a vontade soberana do povo, deverá mostrar-se imune à demagogia, para pugnar, tão somente, pelos elevados interesses gerais da população.

Orgulha-se portanto, este deputado em requerimento, a transcrição na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para legar aos pósteros o exemplo de virtude de todos os senhores vereadores da Acamsul para que lhes sirva de estímulo.

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a Associação Paranaense de Supermercados -Apras, pela realização da XXI Convenção Paranaense de Supermercados.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao senhor Pedro Jonir Zonta, presidente da Associação Paranaense de Supermercados - Apras, para

que receba e transmita a todos os componentes da diretoria, bem como a todos os diretores de supermercados paranaenses, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os supermercados do Paraná, realizaram esta semana a XXI Convenção Paranaense, registrando no Mercosuper-2002, a maior feira estadual do segmento varejista, que terminou ontem no Expo Trade em Pinhais.

Com 2.480 lojas, o Paraná é o segundo Estado com maior número de Supermercados.

O volume de negócios da feira ultrapassou 400 (quatrocentos) milhões de reais, inclusive o número de inscritos para as palestras da XXI Convenção Paranaense surpreendeu os organizadores.

Este deputado, como convidado compareceu com muita honra, visitando todos os setores, cuja organização classifica como nota 10. Foi sem dúvida, vários dias de trabalho por gente tradicional na arte de inspirar a ação humana reconhecida e respeitada pelas tradições. E a vocação daquela gente supermercadista, foi e continuará sendo a paixão de exposições organizadas com todo o carinho.

A articulação dos organizadores valeu-se de ampla reserva de capacidade para a XXI Convenção Paranaense de Supermercados.

A experiência e talentos de todos aqueles que contribuíram e participaram para o grande brilho das festividades. Do balaço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem, pavimenta o caminho para os acertos de hoje e do amanhã para a sensibilidade, para as agruras e os anseios de toda a comunidade de Supermercados do Estado do Paraná.

Requeremos a transcrição nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que fique gravado para a posteridade tão grande evento realizado pelos supermercadistas.

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao engenheiro doutor Ivo Arzua Pereira, pela realização do sonho da casa própria.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Ivo Arzua Pereira.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Enquanto as televisões e jornais mostram diariamente escândalos de corrupção na administração pública do País, o doutor Ivo Arzua Pereira quitou, nesta data, a

última prestação de sua única posse, a tão sonhada casa própria.

É um modesto apartamento com 110 metros quadrados. Foi o que ele conseguiu com muito custo, nos mais de 40 anos de vida pública.

Professor universitário e engenheiro do DER aposentado, o doutor Ivo Arzua - que completa justamente hoje 77 anos de idade, foi prefeito de Curitiba de 1962 a 1967, ministro da Agricultura do governo do general Costa e Silva, 1967 a 1969.

Em tempos nos quais corrupção e política se confundem no entendimento da população, ele mesmo explica o significado do R\$248,00 (duzentos e quarenta e oito reais), que vai desembolsar na Caixa Econômica Federal para liquidar a última prestação do seu apartamento: "Espero que seja um exemplo para a juventude de hoje, saber que é possível sobreviver com dignidade, sendo honesto".

No meio do caminho, não foram poucas as tentações e tentativas de suborno recebidas. Para se ter uma idéia, o doutor Arzua foi um dos prefeitos de Curitiba que mais mexeu com os interesses da cidade. Em sua gestão foi criado o IPPUC e o Plano Diretor de Curitiba.

Mais de 400 desapropriações foram feitas para poder começar a dar a cara que a Capital tem hoje.

Para legar aos pósteros o exemplo de virtudes do doutor Ivo Arzua Pereira, orgulha-se este deputado em requerer em Ata da Assembléia Legislativa do Paraná, transcrevendo inclusive o "Porta Retrato", assinado pelo doutor Túlio Vargas".

IVO ARZUA PEREIRA

O perfil do engenheiro Ivo Arzua Pereira pode ser resumido no elogio espontâneo de Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1955, cujas palavras eram medidas com prudente parcimônia: "Ele trabalhou sob minha direção quando fui governador do Estado do Paraná. Demonstrou em serviços de excepcional responsabilidade, qualidades que dificilmente poderão ser superadas por quem quer que seja: idoneidade moral, capacidade profissional, lealdade para com os chefes e subordinados, capacidade de comando, disciplina na realização, visão de conjunto".

Poderíamos concluir por aqui esta nota biográfica, pois o testemunho insuspeito do inesquecível estadista vale como passaporte à consagração. Importa, todavia, decompor esse elenco de avaliações encomiásticas, pois a inteligência das gerações nem sempre resiste ao olvido e a "gratidão tem memória curta", como disse certa vez, Benjamin Constant.

O que impressiona no seu cabedal é a polivalência do desempenho, a ação múltipla que abrange segmentos diversificados da atividade humana, a inesgotável capacidade de adaptação às tarefas, mesmo estranhas ao seu *metier*, que se habituou a enfrentar. Tem convivido com os mais variados desafios, quase sempre em condições adversas, e posto à prova, com êxito, sua obstinação e competência.

Como prefeito ou ministro, presidente de entidades recreativas e sociais ou de empreendimentos empresariais, guardou sempre a coerência de uma linha de ação dinâmica e reformadora, voltada para os problemas comunitários. Nunca lhe faltou a vocação de servir. Mais recentemente, como provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, reafirmou esse compromisso existencial de solidariedade e humanismo, ao requerer e modernizar aquela instituição numa fase dramática da sua história. A venerável Irmandade, fundada há mais de século, esteve na eminência de cerrar as portas diante da crise financeira que lhe solapou os alicerces.

Sua determinação pessoal inspirou a sociedade curitibana a resistir, em regime de mutirão, e vencer a tormenta. A Santa Casa não só sobreviveu às calamidades, como ainda ampliou e aperfeiçoou o atendimento, renovando-se para continuar essa obra de redenção social. Dessa amarga existência, recolheu o provedor os remédios capazes de assegurar estabilidade à instituição. Transformou-se em fundação, permitindo-lhe mecanismos mais flexíveis para gestão de seus encargos. Embasada em projeto ambicioso, destina-se a cumprir sua heróica função assistencial, com o apoio solidário da população e a administração diligente de seus conselhos diretivos, certamente sem os riscos que até aqui lhe ameaçaram a continuidade secular. Esse gosto pelo desafio sempre foi transparente e marcou-lhe a personalidade.

Como prefeito municipal, eleito em 1962, deu ênfase ao planejamento urbano, realizando obras fundamentais de renovação e desenvolvimento, através de alargamento, remodelação, abertura e pavimentação de avenidas, ruas e outros logradouros públicos. As desapropriações e demolições necessárias à execução desses projetos suscitaram reações e processos judiciais, mas em vão. A cidade ganhou novos contornos e assentou bases estruturais definitivas. É do seu governo a lei que criou o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba. Cuidou ainda de obras viárias de construção e manutenção, edificações, rede de ensino primário, galerias de cursos d'água, política habitacional, ampliação da rede telefônica e outros melhoramentos. Período fecundo, que mereceu do presidente Castello Branco, em 1966, na inauguração da Vila Nossa Senhora dos Pinhais, o testemunho seguinte: "Quando me aproximava deste local, vi uma placa de prefeitura que identifica as obras que agora estão terminando e outras em desenvolvimento. E lá vi escrito o dístico "estamos trabalhando". É bem o emblema da prefeitura e do prefeito que tem a chefia da cidade. Não fora sua determinação e acolhimento patriótico dado ao empreendimento do governo, nós não teríamos chegado a esta inauguração no dia de hoje. Ele é bem o administrador autêntico".

Convocado, mais tarde, ao ministério do presidente Costa e Silva, com habilitação profissional em engenharia civil, arquitetura, higiene geral e industrial, saneamento traçado de cidades, pontes, grandes estruturas

metálicas e de concreto armado, portos, rios e canais, confiou-se-lhe a pasta da Agricultura.

Peixe fora d'água? Não! Ainda nesse ministério fez prova de visão universalista dos problemas brasileiros. A Carta de Brasília (Plano Nacional da Agropecuária) que elaborou e viu aprovada pelo Congresso Nacional em 1967, o documento lúcido que projeta soluções adequadas ao desenvolvimento de uma política do campo eminentemente realista. Fundou Institutos de Pesquisa e Experimentações Agropecuárias, estimulou a expansão da aviação agrícola, assegurou o incremento da produção agrícola e das exportações, entre outras realizações de fôlego. Deixou traços marcantes de operosidade.

Tem exercido ao longo de sua vida profissional muitos cargos de relevo: presidente do Instituto de Engenharia, do CRA da 9ª região, do Santa Mônica Clube de Campo, da Associação de Clubes Sociais, e do Rotary Club (inclusive governador). Publicou dezenas de livros, entre os quais "A Estratégia do Grande Impulso", "O Desafio Brasileiro", "Há que continuar semeando" e outros de caráter técnico. Como professor da Universidade Federal do Paraná (Escola de Engenharia) tem aplicado ao magistério os talentos de sólida cultura acadêmica.

Nasceu em Palmeira, terra do outro paranaense ilustre, Heitor Stoclker de França, cujo centenário de nascimento ocorre este ano, autor dos versos nostálgicos mais expressivos da poesia regional: "Palmeira, onde nasci/pequena e linda entre os dois rios da minha infância/ vê que, apesar da longa ausência e da distância/ eu penso em ti".

É casado com Maria Helena Sottomaior Pereira. Filhos: Plínio Luiz, Regina Elizabeth, Sérgio Luiz e Elaine Maria. Ficou famoso seu *slogan* na campanha eleitoral que o elegeu à prefeitura de Curitiba: "mais ação e menos conversa".

Ele é homem de poucas palavras. Acredita no aforismo de São Bernardo: o melhor dos sermões é o exemplo.

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Associação de Revendedores de Materiais de Construção (Rede Bem Viver) de Francisco Beltrão, para lançamento oficial da Rede Bem Viver no próximo dia 03 de maio de 2002.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Flávio Antonio Pagnoncelli, diretor presidente, para que receba e transmita aos demais diretores e colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Rede Bem Viver é uma rede de lojas varejistas independentes do ramo de materiais para construção, que

se organizaram há dois anos em uma associação para buscar se fortalecer frente aos grandes grupos e ainda com o intuito de oferecer melhores serviços na sua região de inserção, o Sudoeste do Paraná.

É constituído por 21 (vinte e uma) lojas, abrangendo os municípios de: Ampére, Barracão, Capanema Chopinzinho, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Palmas, Pato Branco, Planalto, Quedas do Iguaçu, Realeza, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu, São Jorge do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste.

O Paraná tem tradição, tem história e tem heroísmo.

Nossa tradição sudoestina não é baseada em lenda, não se formou por contos, nem por ouvir dizer. Nossa tradição, nossa história e a luta pela cidadania paranaense foram feitas com coragem, com briga, mesmo com sangue, porque sangue é o tributo que cobram os heróis. E onde os heróis derramaram o seu sangue pelos ideais da pátria e da humanidade, é um chão sagrado.

Mais uma rede de comércio para materiais de construção, vem enriquecer a região sudoestina, ressaltando que isto significa o cuidado com que foi organizado o programa de suas atividades.

O comércio tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização.

Aos seus organizadores, os nossos aplausos por essa iniciativa feliz e os votos pelo progresso incessante da firma da qual dedicarão seus esforços.

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao casal Antonio Claudino Rocha e Sueli Bernadete Rocha, pela passagem dos 25 anos de enlace matrimonial, ocorrido no dia 30 de abril do corrente ano, quando festejaram as bodas de prata, votos estes extensivos aos seus filhos, parentes e amigos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O casal Antônio Claudino Rocha e Sueli Bernadete Rocha, ele nascido em Curitiba, ela natural de Rio Negro, casaram-se em 30 de abril de 1977 nesta cidade e comarca de Curitiba, onde constituíram residência e família, tendo nascido três filhos: Wagner, Felipe e Rômulo.

Empresário no ramo de fundição e confecção de placas de bronze, no bairro do Parolin, nesta Capital, onde vive há vinte anos, o senhor Antônio Claudino Rocha é conhecido e respeitado pela sua conduta e liderança.

Foi fundador e Patrão do CTG Refúgio dos Tropeiros de Curitiba. Foi Patrão do CTG Estância 8 de Dezem-

bro de Campo Magro. Membro do Conselho Disciplinar do MTG 1ª Região nas gestões 1999 a 20001 e 2001 a 2003. É proprietário da Estância Cabanha Engenho Velho, em Rio Negro, onde desenvolve uma série de atividades.

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos jornal Press Paraná, pelo lançamento de seu primeiro número.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi lançado em Curitiba na primeira quinzena de abril o jornal Press Paraná.

Estampados em suas páginas, os assuntos mais diversos: a vida do dia-a-dia, entrevistas com políticos e gente de destaque, assuntos na área da saúde, segurança, além de serviços. Pela sua primeira edição observamos que a Press Paraná deverá se firmar como veículo de comunicação sério e que prestará um grande serviço à nossa comunidade, haja vista o enfoque social com que o veículo de comunicação se reveste, buscando informar e auxiliar seus leitores nos mais diversos assuntos, sempre do ponto de vista mais crítico à favor da sociedade.

Pelo lançamento de seu primeiro número, receba o jornal Press Paraná, através de seu jornalista responsável José A. Fiori (Rua Conselheiro Laurindo, 1035, - Cj. 60 - CEP.: 80060-100 - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Porto de Paranaguá, pela inauguração do terminal exclusivo para transporte de açúcar.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurado na última semana o novo terminal do Porto de Paranaguá, para transporte exclusivo de açúcar. Com um investimento de 20 milhões o Pasa - Paraná Operações Portuárias é formado por um grupo de nove usinas de açúcar e álcool do Norte do Paraná que vai operar no novo terminal.

O novo empreendimento criou 70 empregos diretos e poderá gerar mais 105 novos postos. A previsão é de que neste primeiro ano de atividade sejam escoadas pelo terminal entre 850 a 900 mil toneladas de açúcar e para 2003 a expectativa é de ampliar para 1,2 milhão de toneladas. O terminal é o único do sul do país especializado em açúcar a granel e a expectativa é de que o custo menor

nas exportações eleve a competitividade e conseqüentemente estimule as usinas a investirem em 50% pois foram eliminados os serviços terceirizados. O terminal alivia também o trânsito de caminhões para o Porto de Paranaguá, pois foi efetuada uma parceria com a ALL e 90% do transporte de açúcar será feito através de vagões.

O arrojado projeto de criação do Pasa obedeceu um projeto especial da Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Paraná - Alcopar e foi desenvolvido por diversas usinas de açúcar do interior do Estado. Possui uma área de 7.000 metros quadrados com armazéns, moegas e escritórios e um berço de atração de navios exclusivos com 37 pés de profundidade, o que possibilita embarcações com capacidade para até 60.000 toneladas. Possui ainda um setor de recepção equipado com moega acoplado a um sistema rodoferroviário, capaz de absorver 10.000 toneladas por dia. A estrutura inclui ainda um silo para 53.000 toneladas de açúcar e o produto é escoado através de balança de fluxo para um "shipp loader", cuja capacidade de embarque é de 1.000 toneladas/hora.

Pela inauguração do novo terminal - Pasa, receba o Porto de Paranaguá, através de seu superintendente, Osíres Stenghel Guimarães (BR-277, Km-0, Centro Administrativo Taguaré, CEP.: 83206-380 - Paranaguá-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Pasa - Paraná Operações Portuárias, novo terminal exclusivo para transporte de açúcar, pela sua inauguração no Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGCI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurado na última semana o novo terminal do Porto de Paranaguá, para transporte exclusivo de açúcar. Com um investimento de 20 milhões o Pasa - Paraná Operações Portuárias é formado por um grupo de nove usinas de açúcar e álcool do Norte do Paraná que vai operar no novo terminal.

O novo empreendimento criou 70 empregos diretos e poderá gerar mais 105 novos postos. A previsão é de que neste primeiro ano de atividade sejam escoadas pelo terminal entre 850 a 900 mil toneladas de açúcar e para 2003 a expectativa é de ampliar para 1,2 milhão de toneladas. O terminal é o único do sul do país especializado em açúcar a granel e a expectativa é de que o custo menor nas exportações eleve a competitividade e conseqüentemente estimule as usinas a investirem em 50% pois foram eliminados os serviços terceirizados. O terminal alivia também o trânsito de caminhões para o Porto de Paranaguá, pois foi efetuada uma parceria com a ALL e 90% do transporte de açúcar será feito através de vagões.

O arrojado projeto de criação do Pasa obedeceu um projeto especial da Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Paraná - Alcopar e foi desenvolvido por diversas usinas de açúcar do interior do Estado. Possui uma área de 7.000 metros quadrados com armazéns, moegas e escritórios e um berço de atração de navios exclusivos com 37 pés de profundidade, o que possibilita embarcações com capacidade para até 60.000 toneladas. Possui ainda um setor de recepção equipado com moega acoplado a um sistema rododiferroviário, capaz de absorver 10.000 toneladas por dia. A estrutura inclui ainda um silo para 53.000 toneladas de açúcar e o produto é escoado através de balança de fluxo para um "shipp loader", cuja capacidade de embarque é de 1.000 toneladas/hora.

Pela inauguração do novo terminal - Pasa, receba o Porto de Paranaguá, através de seu diretor, Sr. Paulo Meneguetti (Porto de Paranaguá - BR-277, Km-0, Centro Administrativo Taguaré, CEP.: 83206-380 - Paranaguá-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1059

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Tribuna Nosso Espaço, pelo lançamento de seu primeiro número.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi lançado em Curitiba no último final-de-semana, o jornal Tribuna Nosso Espaço. Com o subtítulo Jornal à Família o novo periódico nasce com um número recheado de assuntos interessantes, que atrai o leitor para seu interior.

Estampados em suas páginas, os assuntos mais diversos: a vida do dia-a-dia, entrevistas com políticos e gente de destaque, assuntos na área da saúde, segurança, além de serviços e patrocínios de empresas do bairro onde nasceu: a região do Boqueirão. Pela sua primeira edição observamos que a Tribuna Nosso Espaço deverá se firmar como veículo de comunicação sério, imparcial e que prestará um grande serviço à nossa comunidade.

Parabéns a todo o pessoal do Tribuna Nosso Espaço.

Pelo lançamento de seu primeiro número, receba o jornal, através de seu editor, Sr. Antonio Roberto Filho (Rua Padre Dehon, 3650, Cj. 13 - Boqueirão - CEP.: 81670-100 - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Laboratório de Genética Forense, pela sua inauguração nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi inaugurado na última semana o Laboratório de Genética Molecular Forense, para a realização de exames de DNA que serão utilizados na investigação de crimes e na confirmação de paternidade. No nosso país, apenas os Estados de São Paulo e Distrito Federal possuem laboratórios similares.

Com um investimento de R\$922 mil reais o novo laboratório oferecerá exames gratuitos de DNA com renda até R\$300,00 e o atendimento dos pedidos seguirá critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Terão prioridade as crianças portadoras de deficiência, com idade mais avançada e de acordo com a renda familiar. Ainda, para o interior do Estado, o atendimento será no local de domicílio da criança, através de kits especiais.

O laboratório está instalado no Instituto de Criminalística do Paraná e é resultado de uma parceria da Secretaria de Estado da Segurança Pública com a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Pela sua inauguração, receba o Laboratório de Genética Molecular Forense, através de seu diretor, Dr. Renato Dalla Stella (Avenida Visconde de Guarapuava, 2652 - CEP.: 80010-100 - Curitiba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações e aplausos, à diretoria, associados e funcionários da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - Coamo, pelo recebimento do Prêmio Maior Exportadora do Sul do Brasil.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia ao diretor presidente da Coamo, engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - Coamo, tem sido um exemplo de Sociedade Cooperativa para o Paraná e para o Brasil.

Há muitos anos a Coamo ocupa os primeiros lugares em todas as planilhas apresentadas, liderando o ranking das cooperativas brasileiras.

Dados obtidos no ano de 2001, comprovam a forte participação do seu quadro social (17 mil cooperados), responsável pela produção e armazenagem de mais de três milhões de toneladas, em suas 77 unidades de recebimento de produtos localizadas em 47 municípios do Paraná e de Santa Catarina.

Apesar de sua excepcional condição enquanto empresa sólida, eficiente e moderna, capaz de obter resultados altamente satisfatórios (eficiência empresarial) em termos econômicos, o que mais se destaca, é o fato de que isso é feito com um só propósito pelos seus dirigentes; beneficiar diretamente o produtor cooperado e seus familiares.

E é por esse motivo que nos congratulamos com a família Coamo pelo recebimento do seu importante prêmio.

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações, à diretoria, sócios, médicos e funcionários da Policlínica Pato Branco, pela comemoração dos seus 37 anos de fundação.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia à diretora-presidente da Policlínica Pato Branco, Dra. Izar do Nascimento.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Policlínica Pato Branco é merecedora de todo reconhecimento pelo excepcional trabalho desenvolvido ao longo de quase quatro décadas, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida da população, que usufrui dos serviços disponibilizados pela instituição.

A qualidade dos serviços prestados, bem como a gama de atendimento ofertada, a credenciam como um dos melhores centros de referência médica do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Rádio CBN, alusivo ao seu 7º aniversário de fundação comemorado no dia 05 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada ao seu diretor-superintendente, senhor Eli Thomaz D'Aquino, à Rua Oiapoque, 649 CEP.: 80050-450, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Anatel-PR, alusivo

ao Dia Nacional das Comunicações, comemorado no dia 05 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à agência homenageada, através de correspondência a ser enviada à sua diretora-superintendente, Sra. Tereza Fialkoski Dequeche, à Rua Vicente Machado, 720, CEP.: 80420-011, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Serviço de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Paraná, alusivo ao Dia do Taquígrafo comemorado no dia 06 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos funcionários do Serviço de Taguigrafia desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Erwin Guth, alusivo ao apoio para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos que realizar-se-á nos dias 10, 11 e 12 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada à Sra. Karin Guth, à Rua 13 de Maio, 731, Cj. 05, 1º andar, CEP.: 80510-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Grupo Pão de Açúcar S/A, alusivo ao apoio para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos que realizar-se-á nos dias 10, 11 e 12 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada ao Sr. Luiz Carlos Narciso, à Rua 13 de Maio, 731, Cj. 05, 1º andar; CEP.: 80510-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à White Martins Gases Indústrias S/A, alusivo ao apoio para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos que realizar-se-á nos dias 10, 11 e 12 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada ao Sr. Ricardo Guimarães, à Rua 13 de Maio, 731, Cj. 05, 1º andar; CEP.: 80510-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Tecnomilwite Comercial, alusivo ao apoio para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos que realizar-se-á nos dias 10, 11 e 12 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada à Sra. Maria Izabel Túlio de Almeida, à Rua 13 de Maio, 731, Cj. 05, 1º andar; CEP.: 80510-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Kamicon Produtos Para Saúde, alusivos ao apoio para a realização do 3º Encontro Sul Brasileiro de Instrumentadores Cirúrgicos que realizar-se-á nos dias 10, 11 e 12 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à empresa homenageada, através de correspondência a ser enviada ao Sr. Romualdo Russo, à Rua 13 de Maio, 731, Cj. 05, 1º andar; CEP.: 80510-030, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Parana-

ense de Oftalmologia, pela passagem do Dia do Oftalmologista comemorado nesta data.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Associação Dr. Hamilton Moreira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Ébano Pereira, nº 60, Cj. 1102, CEP.: 80410-902, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Mandaguari, pela comemoração do 75º aniversário de Emancipação Política, comemorado no dia 06 de maio do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal Ari Eduardo Stroher e ao presidente da Câmara Municipal Jair Alípio Costa, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Amazonas, nº 500, CEP.: 86975-000 - Mandaguari-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à empresa Hubner Sport & Marketing, pela realização da IX Curitiba Internacional Brasil CUP 2002.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi lançado em Curitiba na última semana, a IX Curitiba Internacional Brasil CUP 2002, que será realizada na Capital no período de 29 de maio a 02 de junho deste ano.

O evento, que contará com as categorias Basquete-bol, Futsal, Handbol e Voleibol, terá a participação de excelentes atletas do Paraná, de outros Estados e até de outros países, a exemplo de outras edições que, como sempre fizeram sucesso, tornando-se evento internacional de grande vulto.

A organização impecável e o elevado nível das competições coloca esse evento como destaque de ponta entre as realizações esportivas, o que tem projetado o nome do nosso Estado.

Pela realização da IX Curitiba Internacional Brasil CUP 2002, receba a Hubner Sport & Marketing, através de seu diretor - Edgar Hubner (Rua João Evangelista Espíndola, 07 - Jd. Social - 80520-070 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem *mui* respeitosamente REQUERER, votos de congratulações ao Sr. Edgar Guimarães, pelo lançamento do livro “Controle das Licitações Públicas” realizado no dia 06 de maio de 2002.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço até o dia 10.05.2002, à Alameda Presidente Taunay, 1360.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado à Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu, votos de congratulações pelo aniversário de 20 anos de emancipação política e administrativa daquela cidade, comemorados no último dia 3 de maio.

Uma das mais importantes cidades do Oeste, que desponta com potencial turístico, Santa Terezinha é hoje orgulho de seus moradores. A cidade desenvolveu-se grandemente nos últimos anos e através da administração pública, atualmente conduzida pelo prefeito Cláudio Dirceu Ebehard, e empresariado, vem garantindo espaço nobre na história da região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar os munícipes daquela cidade e tornar público o reconhecimento desta Casa a quem, de forma meritória, ajuda a engrandecer o nome do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem *mui* respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRC/PR, na pessoa do seu presidente, Nelson Zafra, pela realização da Campanha Nacional de Doação de Sangue, entre os dias 22 e 25 de abril de 2002, em todo o território nacional, e em especial no Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Organização Mundial de Saúde, há uma carência de doadores voluntários de sangue no mundo. O ideal seria que cada país tivesse pelo menos 3% de seus habitantes na condição de doadores.

Infelizmente, na maioria dos países a meta não é atingida. No Brasil, temos uma carência de 600 mil doadores voluntários de sangue.

O Sistema Contábil Brasileiro, através do Conselho Federal de Contabilidade e Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, promovem entre os dias 22 e 25 de abril a Campanha Nacional de Doação de Sangue, contribuindo de forma decisiva e responsável para a atenuação deste sério problema.

Parabéns aos contabilistas do Paraná e do Brasil!

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem *mui* respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao professor, doutor Carlos Augusto Moreira Júnior, pela posse no cargo de reitor da Universidade Federal do Paraná, gestão do quadriênio 2002/2006.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem *mui* respeitosamente REQUERER, votos de louvor ao professor, doutor Carlos Antunes dos Santos, pelo profícuo trabalho realizado à frente da Universidade Federal do Paraná, na condição de seu reitor, no quadriênio 1998/2002.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douda Mesa Executiva desta Casa, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações ao vereador Paulo Salamuni, presidente da União dos Escoteiros do Brasil que, pelo trabalho voluntário na formação de jovens paranaenses, destacou-se no cenário nacional merecendo ser condecorado com a “Comenda Mário Covas de Ação Voluntária”.

O reconhecimento nacional do trabalho voluntário prestado por Paulo Salamuni ao longo de anos, dentro do movimento escoteiro, engrandece o Estado do Paraná e tem sido evidenciado em ações que fortalecem a nossa sociedade. Como exemplo citamos o resultado da comemoração do “Dia do Escoteiro”, quando os escoteiros levantaram 26 mil peças de roupa e 2 toneladas de alimentos não perecíveis, que foram entregues a entidades assistências.

O trabalho voluntário, como a atuação profissional e política do vereador por Curitiba, Paulo Salamuni, sem dúvida refletem a excelente formação recebida de seus

país, professores Riad e Oda Salamuni, que tanto deram pelo Paraná. Assim, o recebimento de tão importante comenda, como o transcurso do “Dia do Escoteiro” no último 23 de abril, merecem destaque e a lembrança desta Casa de Leis através do que propomos.

Requer ainda, uma vez aprovado o requerido, que do mesmo seja dado conhecimento ao homenageado, vereador Paulo Salamuni, presidente da União dos Escoteiros do Brasil, seção do Paraná e à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de louvor ao Iraty Sport Club, através de seu presidente, Sérgio Luiz Malucelli, pela conquista do Campeonato Paranaense de 2002.

Solicito a especial gentileza em notificar a interessada acerca do voto em apreço até o dia 10.05.2002, à Rua Vicente Machado s/nº, na cidade de Irati/PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de moção de aplausos e reconhecimento ao médico sanitaria e secretário de Saúde, dr. Helsinki Carriello, pela postura profissional e política que sempre demonstrou na cidade de Arapoti e região.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

O médico sanitaria Helsinki Carriello tem se conduzido fiel a sua proposta de levar a saúde pública a todos os rincões deste país. No Paraná escolheu a cidade de Arapoti como ancoradouro de sua batalha ética contra os desmandos na saúde pública lutando pela sua ampliação e potencialização.

As tentativas de macular sua imagem, em que pese tenha os fins de extorsão, torna-se uma pequenina sombra em meio ao intenso brilho de sua estrela. Senão vejamos: o ilustre médico, Dr. Helsinki, teve seus primeiros serviços prestados, no Paraná à comunidade de Curitiba, deslocando-se, posteriormente, para Ponta Grossa, lugar em que desempenhou a função de chefe da 3ª regional de Saúde Municipal, planejando toda a saúde da região.

Com sua bagagem de experiência na área de planejamento médico, foi convidado para atuar junto à Prefeitura de Arapoti, onde o Plano de Saúde Municipal com o

objetivo de garantir à saúde da população, preventivamente, através de melhor qualidade de vida.

Nos nove anos de atuação na cidade, foi conquistando a confiança da população, através do atendimento atencioso e carinhoso, atendendo indiscriminadamente, pessoas da área rural e urbana. Atuando na saúde pública ou em seu consultório sempre primou pelo atendimento competente e humano a todos que o procuravam, construindo um elo de amizade na cidade de Arapoti e encantando a população profissionalmente.

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente a Exma. Sra. Alcyone Vasconcelos Saliba, secretária de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

Qual a forma e o volume de recursos repassados aos estabelecimentos de ensino da rede estadual e municipal, se houver, dentro do “Programa Módulo Biblioteca”, desde a sua instituição, identificando o estabelecimento, o município e os respectivos valores.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em 1997, o governo do Estado, utilizando-se dos recursos da mídia eletrônica, falada e escrita, deu farta divulgação ao “Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná”, disponibilizando para tanto o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Como até a presente data não houve divulgação do desempenho deste programa, é que conclamamos aos senhores deputados a aprovar o presente pedido de informação.

REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Mariano Camilo Paganoto do município de Foz do Iguaçu-PR, objeto do Protocolo nº 4905781.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola

Estadual Diamante do Oeste do município de Diamante do Oeste-PR, objeto do Protocolo nº 5127547.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Costa e Silva do município de Foz do Iguaçu-PR, objeto do Protocolo nº 5127556.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sra. Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Cataratas do Iguaçu do município de Foz do Iguaçu-PR, objeto dos Protocolos nºs 5127636, 5127637, 5127638, 5127639, 5127640.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Sr. Ramiro Wahrhaftig, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Telêmaco Borba que solicita para Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa em Telêmaco Borba com a máxima urgência, que sejam disponibilizados para atender aos estudantes daquela região um maior número de cursos e investimentos.

Requer ainda, que se dê ciência ao vereador Victor Bueno dos Santos vice-presidente da Câmara, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal - CEP 84.261-170 - Telêmaco Borba-PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1063

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao diretor do DER, Sr. Paulinho Dalmaz, solicitando a implantação de redutores de velocidade na Rodovia PR-280, junto ao trevo de acesso à sede do município de Renascença.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia ao presidente da Câmara Municipal de Renascença, vereador Edgar José Pancera.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-280, apresenta uma movimentação intensa de veículos (caminhões, carretas e automóveis), provenientes de toda a Região Sudoeste e também do Oeste do Paraná.

Tendo em vista sua localização atingindo os limites da cidade, é grande o risco de acidentes em função da velocidade imprimida pelos veículos, e pelo número de residências e de empresas localizadas ao longo daquela rodovia.

O sistema utilizado atualmente para redução de velocidade (rotatória), tem sido ineficiente o que vem causando temor junto à população de que graves acidentes venham a ocorrer.

REQUERIMENTO Nº 1077

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao diretor presidente da COHAPAR, Rafael Dely, para que estude a possibilidade de relocar os moradores da Vila Rural de Guapirama-PR para outro local, tendo em vista sua localização inadequada, sobre vertente de água e solo encharcado.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Em visita àquela cidade, um grupo de moradores acompanhado de um vereador, nos trouxe a preocupação. Conforme fotos em anexo, o terreno encharca-se com qualquer quantidade de chuvas, por conta de ter sido permitido sua construção sobre área de nascente.

É difícil acreditar que esta área teve licença ambiental e autorização da COHAPAR para fazer a construção das casas. Parece que mais uma vez o Poder Público pagou um bom preço e deu uso a um terreno impróprio, em benefício de apadrinhados.

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para que informe, por gentileza, qual o montante arrecadado até esta data com a taxa de R\$0,25 por dose de vacina aplicada sobre a aftosa.

Qual o Banco em que está depositada toda a arrecadação, ou se foi aplicada, neste caso, onde e como? Pois, não tivemos, graças ao bom Deus, nenhum caso

de febre aftosa no Estado do Paraná, há mais de sete anos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná, não tivemos nenhum caso de animais infectados com a febre aftosa, pois estamos com o rebanho livre de doença, graças ao desempenho dos servidores da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento e de todos os agropecuaristas do Estado, conquistamos a situação de área livre da febre aftosa com a vacinação que abriu portas para o crescimento das exportações de carnes e fortalecimento da economia paranaense.

As condições sanitárias do rebanho evoluíram bastante. Nenhuma ameaça à paz sanitária como a febre aftosa, que no Paraná completamos 07 (sete) anos sem aftosa, graças à mobilização e motivação dos criadores que iniciaram a primeira etapa da vacinação deste ano contra a febre aftosa dia 1º e vai até dia 20 deste mês, inclusive com vigilância nas fronteiras.

Estão sendo organizados encontros envolvendo as cadeias produtivas para garantir o sucesso da campanha, que tem como objetivo, a proteção de 100% do plantel do gado paranaense.

Há sete anos esses parceiros decidiram que o Paraná não podia mais suportar a vergonha de ser área com foco de febre aftosa.

Para que possamos acompanhar e informar aos agropecuaristas que nos questionam constantemente é que desejamos obter do senhor secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento as informações constantes no preâmbulo deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1084

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Wilson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a recuperação da rodovia rural que liga o município de Formosa do Oeste à Comunidade Consolata e ainda a continuidade do asfalto até o trevo de Nova Aurora, conforme o projeto original.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. José Antonio Andreguetto, secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando as seguintes informações:

- cópia do processo licitatório;
- razões da paralisação das obras;

- valor desembolsado, bem como, o físico realizado.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Exercendo a obrigação de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente desta Casa de Leis ao Congresso Nacional, pedindo pela aprovação do PLC nº 6/2002, que altera os dispositivos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992, que assegura complementação de aposentadoria aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO, ANTONIO ANIBELLI, VALDIR ROSSONI E ALGACI TULIO

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Nelson Tureck, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro, José Maria Ferreira, Waldir Pugliesi, Hermes Fonseca, Edno Guimarães, Hidekazu Takayama, Nereu Moura, Elio Rusch, Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Geraldo Cartário, Ricardo Maia, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho, Cesar Seleme, Pastor Edsin Praczyk e Fernando Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, *caput* consagra o princípio jurídico da igualdade perante a lei, em decorrência do qual deve ser proporcionado tratamento igual para os iguais e, desigual para os desiguais.

Este princípio se impõe em todas as atividades da Administração Pública, vinculando, inclusive, a atuação do legislador ordinário, sob pena de violação do texto constitucional.

Nesse contexto é que se insere a presente indicação, com a pretensão de estimular a correção de injustificada negativa das agências da Previdência Social à concessão do benefício da complementação de aposentadoria a empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) admitidos até 31 de dezembro de 1976.

Em 1992 foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei nº 8.529, de 14 de dezembro, que regulamenta a complementação da aposentadoria dos empregados dos Correios e Telégrafos integrados, em cujo artigo 1º se lê:

“Art. 1º - É garantida a complementação da aposentadoria, paga na forma prevista pela Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS, aos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que tenham

sido integrados nos seus quadros até 3 de dezembro de 1976”.

Sucedee, entretanto, que a referida Lei, em seu artigo 4º, ao se referir aos empregados originários do extinto Departamento de Correios e Telégrafos - DCT, fê-lo com redação que dá margem às exigências da Previdência Social a interpretá-la de modo a restringir a concessão do benefício apenas aos que forem estatutários (Lei nº 1.711/52) no DCT, contrariando os dizeres do artigo 1º, acima transcrito, que abrange todos os empregados admitidos pela ECT até 31 de dezembro de 1976, e cimentando uma notória injustiça contra os celetistas também originários do próprio DCT e os contratados diretamente pela ECT.

Observe-se, em primeiro lugar, que o termo empregado é utilizado exclusivamente quando a relação contratual que se estabelece entre uma pessoa física ou jurídica (empregador) e um trabalhador se dá sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, cujo art. diz:

“Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de caráter não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo Único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e a condição do trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual”.

De outra parte, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, transformou o Departamento de Correios e Telégrafos em Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cujo quadro de pessoal a partir daquela data, passou a ser regido pela CLT (arts. 1 e 11, do Decreto-Lei nº 509/69).

É de se destacar que o quadro de pessoal da ECT, empresa pública de direito privado, hoje regida pelo art. 173 da Constituição Federal, teve a seguinte formação até 31 de dezembro de 1976:

a) servidores estatutários e celetistas (denominados de agregados), que, a partir de 20 de março de 1969 (art. 11, do DL nº 509/69), passaram a ser regidos pela CLT.

b) empregados contratados pela ECT a partir de 20 de março de 1969.

Portanto, uma vez que a situação funcional dos ex-servidores estatutários do extinto DCT, com a sua definitiva conversão para o regime da CLT, foi regularizada pela Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974, é indubitável que todos os empregados da ECT admitidos entre 20 de março de 1969 e 31 de dezembro de 1976 foram integrados nos seus quadros como celetistas e, por conseguinte, como iguais, são detentores de igual tratamento perante a Lei nº 8.529/92, assim ficando demonstrada que a negativa de concessão do benefício pelas agências da Previdência Social se fundamenta em errônea e inconstitucional interpretação do texto da Lei em comento.

Finalmente, é de ressaltar que o Poder Judiciário tem se manifestado favoravelmente a quantos empregados dos Correios e Telégrafos lhe tenham pedido o pronunciamento, de modo que dezenas de trabalhadores e pensionistas já vêm recebendo o benefício todos os

meses. Contudo, não se mostra justo nem razoável que pessoas que dedicaram mais de trinta anos de suas vidas aos serviços postais e telegráficos do país, e que ajudaram a transformar os Correios e Telégrafos numa entidade de mais alta credibilidade perante toda a população, sejam obrigados a despendar consideráveis quantias para se assegurar de um direito que o legislador pátrio já lhes concedeu há quase um decênio!

Dessa forma, sugerimos a V. Exa. e aos demais ilustres membros do Congresso Nacional, a aprovação do PLC nº 6/2002 (PL nº 1.745/99, na Casa de origem), com a redação (abaixo transcrita) que lhe foi dada pela Câmara dos Deputados, aonde foi aprovado por unanimidade, visando suprir a inconstitucionalidade recusa das agências da Previdência Social à complementação da aposentadoria dos empregados dos Correios e Telégrafos, admitidos em seus quadros até 31 de dezembro de 1976.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 1.745-d, DE 1999

Altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 8.529 de 14 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - É assegurada a complementação de aposentadoria, paga na forma prevista na Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), a todos os empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, ativos, inativos e aos respectivos pensionistas, que tenham sido integrados ou admitidos nos seus quadros até 31 de dezembro de 1976, independente do regime jurídico de sua admissão.” (NR).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o artigo 4º, da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.”

Sala das Sessões, em de de 2002.

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Celso Silva - bairro Turim - município de Araucária, os quais solicitam policiamento naquele bairro tendo em vista o mesmo encontrar-se sem segurança alguma, muitas ocorrências

graves vêm acontecendo e toda a comunidade está desesperada.

Pedimos urgência no atendimento do presente. A presença constante de policiais certamente proporcionará maior segurança para a população.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Av. Marechal Deodoro - Centro, devido à ação de quadrilhas de ladrões, punquistas, trombadões e descuidistas, que agem com frequência nessa região da cidade, tornando essa avenida muito perigosa e sem segurança.

Anexo, encaminhamos, para apreciação, um documento no qual as ocorrências foram detalhadas minuciosamente. Pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, à senhora Denize Oldenburg Basgal, diretora-presidente da Fundepar, solicitando seja efetuada a reforma geral do prédio da Escola Estadual Santa Inês, neste Estado.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste a Sua Exa. a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma escola construída em 1967, que mantém suas instalações originais.

É preciso realizar, com urgência, uma reforma geral do prédio: telhado, instalações elétricas e hidráulicas, forro, banheiros e pintura para a preservação do patrimônio do Estado e melhorar as condições da educação.

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, à senhora Denize Oldenburg Basgal, diretora-presidente da Fundepar, solicitando seja concluída a construção da quadra de esportes coberta (piso, vestiários, fechamento lateral, iluminação) da Escola Estadual Lupionópolis - Ensino Fundamental.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste a Sua Exa. a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma obra iniciada em 1992, incubada, que retrata o descaso do Governo com o seu patrimônio.

Além disso, uma escola fundada em 1957 com aproximadamente 400 alunos merece uma melhor atenção do Governo.

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a restauração, em caráter de urgência, das estradas estaduais abaixo descritas:

a - estrada que liga Santo Inácio a Santa Inês;

b - estrada que liga Santa Inês a Itaguajé.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

As estradas acima descritas estão intransitáveis buracos em todas as suas extensões.

Tratando-se de uma região em que a produção agropecuária é intensa, o estado precário dessas estradas dificulta o escoamento dessa produção e encarece consideravelmente o frete.

O estado dessas estradas retratam o caos no sistema de transportes, nas estradas estaduais.

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, seja solicitada a S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, a restauração da PR-160, no trecho entre a BR-369, e a Rodovia Charles Naufal, passando por Cornélio Procopio, Leopólis e Sertaneja.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Este trecho da PR-160 está com o seu pavimento comprometido em diversos pontos.

Se a restauração não for feita com urgência, o tráfego de veículos pesados, principalmente de carretas provocará maiores danos ao pavimento e conseqüentemente maiores prejuízos para o Estado.

Além disso, a região é produtora de grãos e merece uma melhor atenção do Governo.

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. João Alberto Sautchuk, superintendente do DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, consultando-o se haverá implantação, no trecho em construção da Rodovia do Contorno Leste de Curitiba, de sistema para conter material tóxico procedente de eventual acidente com veículos que transportam produtos químicos.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido manifestações de empresários e da comunidade em geral da Cidade Industrial de Curitiba, demonstrando grande preocupação com a construção do Contorno Leste de Curitiba, quanto à não instalação de sistema de prevenção para a contenção de material tóxico na eventualidade de acidente com veículos que transportam produtos químicos, fato que pode comprometer seriamente a preservação do meio ambiente e a saúde da população de Curitiba, de vez que a represa do Iraí, localizada nas proximidades do complexo rodoviário e responsável pelo fornecimento de água de grande parte da população curitibana, poderá ser afetada.

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, senhor Wilson Justus Soares, e ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, senhor Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, solicitando informações sobre os convênios firmados entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Marechal Mallet, nos exercícios de 2001 e 2002, com especificações de valores/obras/serviços previstos nos respectivos convênios.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça os convênios firmados entre o Estado e a prefeitura de Marechal Mallet, nos exercícios de 2001 e 2002.

Requer-se o encaminhamento do presente requerimento à Secretaria de Estado dos Transportes na Av. Iguazu, 420 - Curitiba-PR, e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano na Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - Centro Cívico - Curitiba-PR.

Termos em que pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) EDSON STRAPASON

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Estado do Paraná, para investigar o crime organizado, assassinatos do deputado Tiago Amorin Novaes, e da Região Metropolitana de Curitiba, composta por sete (07) membros, e com prazo de duração de 120 dias, com base nos termos do artigo 122, § 2º, III do Regimento Interno desta Casa.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO ANIBELLI, ÂNGELO VANHONI, JOSÉ MARIA FERREIRA, VALDIR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, HERMES FONSECA, CEZAR SILVESTRI, NEIVO BERALDIN, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, IRINEU COLOMBO, RENATO GAÚCHO, AUGUSTINHO ZUK e PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

Tendo passado mais de quatro meses do assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes, pouco se faz para desvendar ato brutal contra um membro desta Casa.

Este Poder não pode se calar diante da gravidade dos fatos ocorridos em Cascavel e devemos reagir com as armas que nos são dadas, sendo assim estamos propondo esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que possamos trabalhar em prol da dignidade do Legislativo Estadual da integridade de seus membros, e de todos os paranaenses.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 285/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Elias Farajala Bacila, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Associação de Moradores do Bairro Elias Farajala Bacila, entidade sem fins lucrativos, tem realizado mara-

vilhoso trabalho junto a coletividade de toda a região, procurando promover e contribuir com o desenvolvimento da vida comunitária da comunidade de Palmeira e Região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 286/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, a conceder desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do consumo de água e serviços de esgoto, a templos e igrejas que realizam trabalho de caráter assistencial.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, compreende-se como trabalho de caráter assistencial, as atividades desenvolvidas pelas organizações religiosas que visam o combate à violência, drogas, prostituição infantil e fome.

Art. 3º - O benefício será concedido com a apresentação à Sanepar, de certificado específico fornecido pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, a cada 06 (seis) meses, atestando que a instituição religiosa presta atendimento de caráter assistencial à comunidade, nos termos do Art. 2º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O crescimento desmedido da violência que atinge nossa sociedade, da fome, tráfico de drogas e da prostituição infantil, entre outros problemas que consomem os nossos jovens e atinge a nossa comunidade, tem levado instituições das mais diversas, como as religiosas, a se dedicar no combate a esses males que afligem significativo número de famílias paranaenses.

Um trabalho voltado à prevenção, com o esclarecimento e ministração de liturgias, incentivando a conscientização, assim como através de programas de alcance familiar, utilizado por igrejas e organizações religiosas é de suma importância para auxiliar o estado na resolução desses problemas.

Os templos e igrejas têm papel de relevante importância nesse contexto, na medida em que participam e influenciam no cotidiano da população, tornando-se um instrumento poderoso e fundamental na implantação de políticas sociais de combate aos males que afetam o nosso Estado e nosso país.

Para o desenvolvimento desse trabalho, as organizações religiosas não recebem apoio financeiro do governo, contando apenas com a ajuda da comunidade,

não conseguindo muitas vezes atender satisfatoriamente os necessitados.

Dessa forma, é necessário que o Estado, muitas vezes impossibilitado financeiramente de auxiliá-las, as apóiem de outras maneiras, como a que ora propomos, ou seja, concedendo um desconto sobre o valor incidente de consumo de água e serviços de esgoto prestado pela Sanepar.

Assim, se tratando de proposta que buscará reduzir os custos de templos e igrejas que realizam esse trabalho, auxiliado o Estado e em prol dos necessitados, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação do presente.

PROJETO DE LEI Nº 287/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva para todos os estudantes da rede pública estadual de ensino.

Art. 2º - Os testes referidos no artigo anterior serão realizados gratuita e anualmente em todos os estudantes matriculados nas escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus.

Parágrafo Único - Os alunos que apresentarem distúrbios de acuidade visual e/ou auditiva serão encaminhados, para consulta, aos serviços de saúde do Estado do Paraná.

Art. 3º - Os estudantes considerados carentes terão direito a receber, gratuitamente, lentes corretoras.

Parágrafo Único - Será considerado carente o estudante cuja renda familiar for inferior a 02 (dois) salários mínimos.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa garantir, no âmbito de nosso Estado, um melhor nível de aprendizado às crianças e adolescentes em fase escolar, posto que é notório que a causa do baixo rendimento de nossos estudantes muitas vezes reside em deficiência como a auditiva e/ou visual.

E tais problemas ocasionam a repetência, a dificuldade de aprendizagem, indiferença e até mesmo o isolamento do aluno, e situações como essas, sem dúvida, devem ser evitadas nas escolas.

Outrossim, os testes de acuidade visual e auditiva são exames seguros, eficazes e de baixo custo, capazes de detectar quais as crianças que, em função de alguma deficiência nessas áreas, não estão recebendo adequadamente os estímulos necessários para o seu desenvolvimento normal.

Por outro lado, detectado o distúrbio da acuidade visual ou auditiva, o encaminhamento à consulta irá possibilitar diagnóstico e tratamento das patologias nas crianças evitando o agravamento na sua fase adulta.

Ressalto ainda, que os exames *in tela* podem ser feitos em crianças a partir de 02 (dois) anos de idade e, em alguns casos, inclusive, com menos idade. De fácil realização, os exames podem ser executados por pessoal de nível médio, que poderá ser habilitado em apenas duas horas de treinamento, devendo ser repetidos anualmente, pois podem sugerir alterações visuais ou auditivas em crianças que eram normais.

Isto posto, objetivando a prevenção de problemas simples, mas de conseqüências graves à criança e a seu futuro, apresentamos o presente projeto de lei que, pela sua simplicidade e grande importância social, acreditamos, terá o apoio de todos os parlamentares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 288/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O valor a ser exigido a título de saldo devedor dos contratos originários dos Programas Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial, em cobrança judicial ou extra-judicial, não poderá exceder o valor da avaliação de mercado do bem objeto do financiamento.

Parágrafo Primeiro - Para caminhões, tratores, implementos agrícolas, máquinas e outros bens móveis o valor devido será apurado através de avaliação por revendedor autorizado ou fabricante.

Parágrafo Segundo - Para edificações ou obras civis urbanas ou rurais o valor devido será apurado através de laudo de avaliação técnica.

Parágrafo Terceiro - Sobre os valores apurados conforme previsto no *caput* deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência proporcionais aos valores pagos a título de amortização, nos mesmos percentuais que representam em relação ao total do financiamento nas datas das amortizações.

Art. 2º - Os valores em cobrança judicial, onde já tenha ocorrido a alienação dos bens dados em garantia do financiamento e ainda resta saldo devedor, considerar-se-á quitada a dívida, devendo o credor requerer a extinção do processo.

Art. 3º - Os saldos devedores, apurados na forma do art. 1º, poderão ser amortizados nas seguintes condições:

- a) em 12 pagamentos mensais, sem encargos;
- b) em 48 pagamentos mensais, com correção baseada na variação da taxa referencial de juros (TR), acrescido de juros de 3% ao ano, com carência de 6 (seis) meses.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dispor sobre a cobrança das dívidas originárias dos Programas Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial, em cobrança judicial ou extra-judicial, que não poderá exceder o valor da avaliação de mercado do bem objeto do financiamento.

Estabelece ainda que para dívidas oriundas da compra de caminhões, tratores, implementos agrícolas, máquinas e outros bens móveis terá seu valor apurado através da avaliação por revendedor autorizado ou fabricante, enquanto que para edificações o valor será apurado por através de laudo de avaliação técnica.

Propomos ainda que a amortização dos saldos devedores seja feita em 12 pagamentos mensais, sem encargos ou em 48 pagamentos mensais, com correção baseada na variação da TR, acrescidos de juros de 3% ao ano, com carência de 6 (seis) meses. Hoje os encargos são TR mais 0,5 ao mês.

São inúmeros os contratos em situação de inadimplência, sendo que muitos contratados estão precisando se dispor de bens duráveis para poderem saldar seus débitos.

Temos a convicção de que, com a sanção deste projeto de lei, o Estado do Paraná terá como recuperar dívidas antigas, ao mesmo tempo em que os devedores terão a oportunidade de resgatar suas condições de adimplentes.

Pelos motivos expostos, solicitamos aos nobres pares a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 289/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a incidência de cobrança do ICMS nas notas fiscais de simples deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, esteja o mesmo localizado dentro ou fora do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa proibir a incidência de ICMS no simples deslocamento de mercadorias entre

estabelecimentos do mesmo contribuinte, esteja o mesmo localizado dentro ou fora do Estado do Paraná.

A Constituição Federal estabelece que o ICMS incide sobre a realização de operações relativas à circulação de mercadorias (art. 155,II), pressupondo tal circulação a existência de um negócio jurídico que envolva a transferência da posse ou da propriedade da mercadoria.

Onde não há transferência da posse ou propriedade das mercadorias, não se verifica a ocorrência do fato gerador do ICMS, não se podendo, pois exigir o destaque nas notas de remessa de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte e o respectivo pagamento. A mera circulação física é intributável por meio de ICMS, posto que nela não há transmissão de propriedade e por via de conseqüências, circulação econômica e jurídica da mercadoria. Só há circulação jurídica quando uma operação for realizada entre duas pessoas distintas.

Não se pode confundir a simples saída física da mercadoria ou a remessa de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte, com a transferência de bens para terceiros, pois somente ocorre a circulação - e incidência do ICMS -, quando a mercadoria é transferida, passando de um patrimônio para outro, qualquer que seja a motivação jurídica.

A ausência de destaque do ICMS nesta situação, não causa prejuízo à Fazenda Pública Estadual, em face do princípio da não cumulatividade, uma vez que o débito do ICMS no estabelecimento remetente geraria crédito de igual valor no estabelecido destinatário, ambos do mesmo contribuinte, incidindo o imposto na posterior saída do estabelecimento destinatário.

O STJ, através da Súmula 166 estabelece que “não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte”.

Decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não discrepam da orientação do STJ.

Desta forma, com a convicção da constitucionalidade da presente propositura, solicitamos aos nobres pares o apoio e aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 290/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Francisco Consalter, com sede e foro no município de Jaguapitã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada no dia 10 de fevereiro de

2000, sem finalidade lucrativa, sempre prestando relevantes serviços à comunidade do bairro, colaborando com o bem-estar e o desenvolvimento em todos os setores sociais dos moradores do conjunto habitacional.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 291/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a proceder a doação ao município de Nova Esperança, da Data de Terra nº 01 da Quadra nº 34, da Planta Geral da Cidade de Nova Esperança, localizada em Nova Esperança-PR, contendo um prédio em alvenaria com 292,80m2 onde se achava instalado o Fórum da Comarca, conforme matrícula no Registro de Imóveis da Comarca sob nº 5.874, Fl. 289, do Livro 3E, em 28/11/64.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Imóvel em pauta foi doado ao Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 447 de 11/04/64, visando a construção do prédio do Fórum da Comarca. Com a doação que trata o presente projeto de lei, o imóvel voltará a pertencer ao município que terá condições de efetuar os reparos e melhorias no prédio existente que encontra-se em precárias condições, utilizando o mesmo para abrigar a Secretaria da Educação e Cultura do município.

Outrossim, informa-se que através da Lei Municipal nº 1304/95 foi efetuada a doação ao Estado da Data nº 02 da Quadra 34 com 3.565,44m2, para construção de novo prédio, em pleno funcionamento.

PROJETO DE LEI Nº 292/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a proceder a doação ao município de Nova Esperança, das Datas de Terras nºs 05 e 07 da Quadra nº 35, com área de 1.161,60m2, contendo um prédio em alvenaria, conforme matrícula no Registro de Imóveis nº 5.709, em 01/03/82.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Imóvel em pauta foi doado ao Governo do Estado do Paraná, em 1º de maio de 1982, visando a

construção da Unidade Sanitária do município. Com a doação que trata o presente projeto de lei, o imóvel voltará a pertencer ao município que terá condições de efetuar os reparos e melhorias no prédio existente que encontra-se em precárias condições, utilizando o mesmo para realizar palestras semanais visando a prevenção e orientação de algumas patologias como diabetes, hipertensão, DST e demais doenças transmissíveis ou contagiosas, também oferecendo parte do prédio para instalar uma oficina de artes, melhorando a qualidade de vida dos depressivos.

Pela Comunidade Bom Pastor de Nova Esperança serão desenvolvidos trabalhos com jovens dependentes de substâncias tóxicas em decorrência do grande número de procura, palestras e encontros com dependentes de álcool, bem como outras atividades que se fizerem necessárias.

PROJETO DE LEI Nº 293/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a proceder a doação ao município de Alto Paraná-PR. das Datas de Terras nºs 04 e 05, da Quadra nº 424, da Planta Oficial de Alto Paraná, com 450m2 cada uma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Os Imóveis em pauta foram transmitidos ao Estado do Paraná, em 1965, conforme Certidões do Registro de Imóveis sob nºs 1426 e 1428, visando a construção do Prédio da Delegacia de Polícia. Com a doação que trata o presente projeto de lei, os imóveis voltarão a pertencerem ao município que terá condições de efetuar os reparos e melhorias, pois o mesmo se encontra em péssimas condições de uso, uma vez que foi construído um novo prédio e o antigo ter ficado abandonado.

O município pretende abrigar no referido prédio entidades assistenciais, local para palestras, oficinas de artes, bem como demais atividades que se fizerem necessárias.

PROJETO DE LEI Nº 294/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Rodovia Gil Azevedo Leal, o trecho da PR-082 que liga os municípios de Ivatê, Icaraíma e Porto Camargo no Estado do Paraná, ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta de lei que visa denominar a Rodovia Gil Azevedo Leal o trecho da PR-082 que liga Ivatê, Icaraíma e Porto Camargo no Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul, é uma justa homenagem ao engenheiro cidadão matogrossense, formando pela Universidade Federal do Paraná em 1966 e que se dedicou intensamente ao rodoviarismo nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

O Engenheiro Gil Azevedo Leal trabalhou por longo período no Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso do Sul - Dersul, onde ocupou os cargos de diretor adjunto e diretor geral, demonstrando sua grande competência profissional e interesse pela área rodoviária.

No ano de 1986 o engenheiro Gil Azevedo Leal ingressou no Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, onde notadamente atuou na área rodoviária municipal, sendo coordenador e responsável técnico por diversos programas, dentre os quais os programas de Ação Municipal - PRAM, Paraná Rural e Paraná 12 Meses, que tiveram atuação em praticamente todos os municípios do Estado do Paraná, com serviços de adequação e revestimento de estradas municipais, beneficiando principalmente os produtores rurais, dando condições aos mesmos de transportar seus produtos aos centros maiores. Pela sua destacada atuação, aliada à sua integridade e competência profissional foi nomeado pelo governador do Estado ao cargo de diretor geral da Secretaria de Transportes no ano de 1995 onde continuou prestando com destacada competência serviços em prol do rodoviarismo no Estado do Paraná.

Desta forma espera-se dos nobres pares desta Casa de Lei, a aprovação desta proposta de lei que visa homenagear o engenheiro Gil Azevedo Leal, cujos destacados serviços na área rodoviária contribuíram para o progresso do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 295/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º -O artigo 1º e seus §§ 2º e 4º, e o artigo 6º, todos da Lei 13.213, de 29 de junho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Poder Executivo compensará seus débitos fiscais, vencidos até 31 de março de 2002, inscritos ou não em Dívida Ativa, com precatórios de natureza alimentícia, expedidos contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias”.

“§ 2º - O precatório de natureza alimentícia, para fins de compensação, deverá ser expedido, processado e

registrado pelo tribunal competente, não podendo sobre aquele haver pendência judicial, salvo a de recurso recebido apenas no efeito devolutivo contra sentença que julgou improcedentes embargos à execução”.

“§ 4º - Para os efeitos desta lei, o precatório de natureza alimentícia, a critério de seu titular, poderá ser cedido, por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros detentores de débitos inscritos em Dívida Ativa”.

“Art. 6º - O direito de compensação restringir-se-á aos requerimentos protocolados até 30 de outubro de 2002”.

Art. 2º - Acrescenta-se os §§ 5º e 6º do artigo 1º da Lei 13.213, de 29 de junho de 2001:

“§ 5º - Não se exigirá caução ou garantia do cessionário, ou do cedente, como condição para o deferimento do pedido de compensação”.

“§ 6º - Deferido o pedido de compensação, será exigido do cessionário certidão contendo a homologação judicial da cessão do crédito”.

Art. 3º - A compensação a que se refere esta lei, terá como limite mensal, 3% (três) por cento do valor global do imposto arrecadado pelo Estado.

Art. 4º - Os valores compensados com precatórios serão considerados receitas e não terão reflexo no índice de participação dos municípios.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Lei 13.213/2001, cuja alteração se propõe, autorizou a compensação dos precatórios alimentícios com dívidas tributárias não pagas (consumadas) até 30.06.2000.

A presente proposição estende o critério a tributos não pagos até 31.03.2002 e alonga o prazo para requerer a compensação até 30 de setembro de 2002.

Frise-se que a Lei 13.213/2001 resultou de oportuno projeto do deputado Hermas Brandão com triplo mérito:

1) beneficia o titular do precatório trabalhista na medida em que facilita sua transformação em dinheiro, no momento em que é comprado pela empresa;

2) facilita a empresa a liquidar o crédito tributário;

3) beneficia o Estado na medida em que este satisfaz a dívida de precatório.

Desnecessário lembrar que o Estado tem legítimo direito de cobrar impostos. Mas tão legítimo e tão sagrado é o direito do titular do precatório trabalhista em, de alguma forma, recebê-lo o quanto antes possível. E a compensação criada pela Lei 13.213/2001 é uma forma inteligente de conciliar interesses do Estado, do titular

dos precatórios e do contribuinte. Necessário pois revitalizar essa saída inteligente, em boa hora descoberta.

Como os valores compensados reduzirão dívidas do Estado representado por precatórios trabalhistas, é evidente que, para todos os efeitos legais, serão computados como receita e assim, conseqüentemente, em nada prejudicará os municípios, na medida em que não afetará os índices de participação dos municípios na Receita do ICMS.

PROJETO DE LEI Nº 296/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as universidades estaduais do Estado do Paraná obrigadas a ceder 80% (oitenta por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos residentes no Estado do Paraná.

Art. 2º - A comprovação de residência será feita através de documentação específica exigida por lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, vem proporcionar aos alunos residentes no Estado do Paraná, 80% (oitenta por cento) das vagas nas instituições de ensino superior público do nosso Estado.

As instituições de ensino superior público atendem somente 10% (dez por cento) da demanda de alunos residentes em nosso Estado, sendo que 90% (noventa por cento) ingressam em faculdades particulares.

Procurando dar oportunidade aos alunos residentes no nosso Estado, que trabalham e contribuem para a formação e desenvolvimento do nosso povo, é que vimos solicitar aos nobres pares a aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 297/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Doenças Especiais, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Portadores de Doen-

ças Especiais que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade do município de Paranavaí, buscando minimizar os sofrimentos em busca de transporte e atendimentos de urgência necessário dos associados para recuperação da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso, portadores de neoplasias.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Antes de entrarmos no Pequeno Expediente, queremos fazer um convite a todos os parlamentares e funcionários da Casa, para missa dedicada às mães, a ser realizada amanhã, dia 08.05.2002, na Capela da Assembleia Legislativa, às 10h00, tendo como celebrante o Revmo. Padre Gustavo Pereira.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Entramos há dias atrás, com um requerimento a S. Exa. o governador, mais precisamente, ao secretário dos Transportes do Estado do Paraná, para que desse atenção a uma das vicinais do corredor de exportação do Porto de Paranaguá, ali aonde se situa a ligação de Porteira Grande, Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, estrada essa que é a vergonha do nosso Estado.

Reclamações feitas neste plenário por este deputado, e por mais parlamentares que por ali transitam e têm o seu domicílio eleitoral localizado no Vale do Ivaí.

Infelizmente, senhores deputados, o governo do Estado não atendeu aos reclamos daquela população e principalmente, daquele importante local de produção agrícola, no que concerne à exportação e ao trânsito de suas mercadorias.

Um comércio forte ali se localiza em Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas e o Vale do Ivaí, e o meio pelo qual a transitabilidade de tudo aquilo que é produzido, que é comercializado, infelizmente, não tem, do governo, a atenção devida.

Então, cidadãos que pagam os seus impostos, como o Eugênio, como o Evaristo, como o Celso e como o João de Paula e vários outros, fizeram um mutirão de mais de quarenta caminhões, dezenas de máquinas, para tapar a vergonha do governo, que são os buracos daquela rodovia.

Lá estão eles, na manhã de hoje, e durante todo o dia fazendo o trabalho que é do governo; que é o trabalho do dinheiro dos impostos que são arrecadados e que eles pagam.

Infelizmente, esse governo relapso, lá manda algumas autoridades para tentar, deputado José Maria Ferreira, tentar paralisar o trabalho da operação “tapa buraco da vergonha do Estado do Paraná”.

Graças a Deus, essas autoridades que ali foram, membros da Polícia Rodoviária Estadual, entenderam que aquele “tapamento de buraco” é para não acontecer o que ocorreu, que foram mortes na rodovia, desviando buracos.

Foram atropelamentos que ali aconteceram, desviando os buracos, e tenho a certeza, senhor presidente e senhores deputados, que aquela população está fazendo realmente, a vergonha para o Estado do Paraná, fazendo um serviço comunitário, em um mutirão, onde dão mostra de uma unidade, de uma perseverança de propósito para que não ocorra o que já ocorreu, que foram os acidentes fatais. Tenho certeza absoluta que, se S. Exa. o Governador tivesse vergonha na cara, fosse de helicóptero até Porteira Grande, ali descesse, subisse em um automóvel e tivesse a coragem de ir até Reserva ou até Cândido de Abreu para ele ver realmente a verdade da sua administração, e não a mentira que ele apresenta na televisão.

Fizeram um Anel de Integração bonito, abandonaram o interior do Estado, deterioraram as estradas do nosso Paraná e ali está a amostra daquilo que é o governo verdadeiro de S. Exa. o governador Jaime Lerner: é uma colcha de retalhos, onde a renda, onde a parte limpa da administração ele apresenta, mas onde é necessário mostrar também os retalhos, mostrar os furos, mostrar a deficiência, mostrar aquilo que realmente está errado, ele não deseja e não quer mostrar ao Paraná.

Através do Comitê de Imprensa aqui credenciado, porque a TV Explanada de Ponta Grossa e parte da imprensa do Paraná foi convidada e lá compareceu no mutirão da vergonha do Estado, das rodovias que não são pedagiadas, das rodovias onde aqueles que transitam por ela não são explorados por um pedágio que nós ainda iremos tentar, se nesse Governo não conseguimos, no próximo governo, de Álvaro Dias, vamos fazer a CPI do Pedágio para mostrar o roubo organizado do Estado do Paraná. Nós estaremos prontos senhores deputados, para mostrar a verdade a este Estado. Pode ele mentir até dezembro, mas a partir daí, em um janeiro promissor, em um primeiro de janeiro que vai fazer a limpa no Paraná, nós estaremos mostrando realmente a colcha de retalhos que é a administração pública deste nosso atual governador.

Queria neste instante, senhor presidente, fazer com que as nossas palavras sejam as palavras de um cumprimento a esses homens que fizeram um grupo que, mesmo vendo a deficiência, a inoperância e principalmente o desprezo do Governo do Paraná para com esse quadrante do Estado, ali estão fazendo o trabalho que o governo mentiroso desse atual governador não conseguiu fazer.

Parabéns, Reserva. Parabéns, Cândido de Abreu! Parabéns, Porteira Grande! Parabéns, agricultores humildes que lá estão fazendo o trabalho deste sem-vergonha governo do Estado.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Segundo orador inscrito, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados:

É lamentável o assunto que me traz a esta tribuna, mas não dá para ver o que estamos assistindo todos os dias e ficarmos como se nada estivesse acontecendo aqui na nossa cidade e no nosso Estado.

A Gazeta do Povo, no dia de hoje, traz a matéria na capa e uma matéria já na segunda página. Na capa, temos dois policiais militares em uma fotografia da Região Metropolitana de Curitiba, Almirante Tamandaré. E na matéria da segunda página, tem duas notícias que me chamaram a atenção.

Eu acho que é inadmissível o que está acontecendo na região metropolitana e na Polícia do nosso Estado. Não dá mais para aceitarmos esse tipo de coisa. Nós não queremos que Curitiba e região metropolitana se transformem em um Rio de Janeiro. Diz o seguinte, uma das matérias: “Nova vítima teria sido escolhida aleatoriamente, segundo a delegada”. A delegada Vanessa que cuida do caso de Almirante Tamandaré, segundo a interpretação dela, essa nova vítima que foi descoberta de assassinato foi apenas em represália ao desbaratamento da quadrilha do crime organizado na cidade de Almirante Tamandaré. Então como represália às investigações, como represália às atitudes da polícia, mataram mais uma pessoa aleatoriamente.

Amanhã poderá ser qualquer um. Está chegando ao requinte da loucura o que acontece em Almirante Tamandaré e região metropolitana.

O que é mais grave é a polícia do Estado do Paraná envolvida com as mortes, com o crime organizado na região metropolitana, tendo o descaramento de afrontar o processo de investigação conduzido pela delegada Vanessa, da nossa Polícia Civil. E o que é mais grave ainda: a delegada confirma, em todas as investigações, que ela está sendo ameaçada de morte. Ontem prenderam duas pessoas com armas, inclusive envolvidas no processo de ameaça de morte à delegada Vanessa.

A Gazeta do Povo traz uma outra matéria que eu gostaria de ler, rapidamente, para os senhores deputados. Diz o seguinte: “É notável o altruísmo com que algumas autoridades policiais, superando a falta de recursos humanos, físicos e científicos para elucidação da sequência de 19 mortes em Almirante Tamandaré. A dedicação voluntariosa, porém, já não basta, as explicações já não mais convencem.

É preciso vontade política, um basta definitivo com certa dose de raiva em defesa da vida, uma virada radical em busca da verdade!

Isso significa virar o mundo, encontrar recursos, colocar laboratório de investigação científica à disposição, formar uma força-tarefa verdadeira, com um comando firme e decidido e mostrar para os bandidos que

a comunidade, que aqui no Paraná quem manda é a sociedade organizada, Legislativo, Executivo e Judiciário, e não o crime organizado. Em nome do combate ao crime organizado no Estado do Paraná, eu acho que não há nenhuma outra alternativa, a não ser que nós, deputados estaduais, assinemos o pedido de CPI, que está começando a tramitar na tarde de hoje, para que possamos ajudar a Polícia e a Segurança Pública no Estado do Paraná a recuperar o que está acontecendo na região metropolitana e na cidade de Curitiba.

Mais ainda, deputado Nereu Moura: ontem o promotor de Maringá denunciou a participação de inclusive dois delegados no recebimento de propina quando da passagem de dois presos envolvidos na morte e no seqüestro do ex-prefeito de Santo André, o Celso Daniel. A Corregedoria da Polícia Civil não tinha denunciado porque - podemos até entender o que aconteceu - a testemunha do caso não se sentiu à vontade e segura para fazer a denúncia na Corregedoria de Polícia.

Quando os promotores ouviram a testemunha, e lhes deram garantia de que iria ser apurado até o fim, ela revelou os nomes e demonstrou com provas, indícios factuais da participação de delegados e dos policiais no acobertamento e na fuga de dois presos, de dois criminosos envolvidos em seqüestro e morte do Celso Daniel. Aonde vamos parar? Não está acontecendo nada! Nada acontece em Curitiba! Dezenove pessoas morrem em Almirante Tamandaré, seis policiais militares são presos, são afastados, o comandante da Polícia Militar não fala absolutamente nada, diz que vai apurar, policiais civis são afastados, o delegado continua trabalhando na delegacia de Almirante Tamandaré, o delegado geral não se manifesta, lá em Maringá, seis policiais envolvidos com seqüestradores e assassinatos, o delegado da Polícia Civil afasta os policiais e coloca para trabalhar em outras delegacias de Cascavel, a morte de um deputado até agora não explicada, mas tudo indica, com a participação de policiais, inclusive numa das versões da polícia tem um policial que está preso acusado de ser o mandante da morte de um colega nosso. É como se nada estivesse acontecendo na Polícia Civil do Estado do Paraná, o crime organizado avança, toma conta das instituições e nós não tomamos nenhuma providência.

Por isso, senhores deputados, eu acho que para nós não resta outra atitude. O que a Gazeta do Povo diz, e olha é difícil na Gazeta do povo uma matéria de opinião, ao lado de uma matéria jornalística retratando os fatos. A Gazeta do Povo não tem o hábito disso. É que, o que está acontecendo na região metropolitana e na polícia do Estado do Paraná, está chegando às raias da loucura.

Por isso, eu conclamo aos deputados do nosso Estado, que querem que a segurança pública seja restabelecida, que subscrevam o pedido de uma comissão parlamentar de inquérito, para que possamos ajudar a delegada Vanessa, para que possamos ajudar o delegado Bradock que combate o roubo de carros em Curitiba e região metropolitana, para que possamos ajudar os bons polici-

ais que querem combater o crime organizado e que possamos ajudar a corporação da Polícia Militar e a estrutura da Polícia Civil, sobretudo a sua cúpula a pôr para fora os maus policiais que estão agindo com o distintivo da polícia, recebendo dinheiro do Estado, mas estão a serviço do crime organizado no Paraná.

Por isso, eu peço apoio dos senhores deputados que subscrevam o pedido da CPI para que a gente possa ajudar o povo paranaense a ter um pouquinho mais de segurança e de tranqüilidade na sua vida tão sofrida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O deputado Vanhoni, combativo parlamentar desta Casa que tem sua principal base aqui na Região Metropolitana de Curitiba, relatou aqui um fato que não é novidade ao povo do nosso Estado, algo que não é desconhecido pela população do Paraná. O caos, o verdadeiro caos que vive a segurança pública do Paraná, desmantelada, desmoralizada, e o povo paga o pato porque a corda arrebenta sempre do lado mais fraco. A população que paga o imposto, a população que contribui com as autoridades, com os governos, em todas as suas esferas, para que o dinheiro dos impostos se reverta em qualidade de vida, em serviços, assiste a esta situação de desmantelamento do aparelho de segurança do Estado e que se vê por parte do governo são atitudes infrutíferas e incompetentes no combate, na repressão ao crime organizado, ao crime comum, à criminalidade em ascensão no nosso Estado, a falta de segurança pública e por aí afora. E assim vive a humanidade. O governo Jaime Lerner completa o seu oitavo ano com uma dívida monumental ao povo do nosso Estado.

Senhor presidente não é mais privacidade das grandes metrópoles: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, o crime organizado, a prática criminosa.

Hoje essa prática se estabeleceu em quase todo o território estadual. Porque aonde não há punição, um rigoroso planejamento de combate, gera-se a impunidade. E a impunidade faz com que o crime se repita com uma velocidade extraordinária.

É exatamente aí senhor presidente, que padece o povo do nosso Estado, sem segurança pública, à mercê da marginalidade e da bandidagem, que tomaram conta do aparelho de segurança pública do Estado do Paraná. Um secretário da Segurança incompetente! Incompetente! E que deixará uma marca extraordinária do fracasso da sua gestão à frente da Segurança do Estado do Paraná.

Ora, estamos aqui falando, repetindo, e já passaram quase 120 dias da morte do deputado Tiago Amorim Novaes. Algumas pessoas lá da minha região, alguns companheiros políticos me ligam dizendo: “deputado

Nereu Moura, você está mexendo em um vespeiro. Você está mexendo em uma penheira (*cic*) como fala o caboclo. Não se envolva com isso, porque é perigoso”.

De repente, recebo telefonemas ameaçadores, senhor presidente, eu nunca imaginei que pudesse morar neste Estado do Paraná, e que tivesse que ter medo da polícia. O cidadão ter medo da própria polícia, que tem a obrigação sagrada e santa de estabelecer a segurança e a proteção do próprio cidadão!.

Se um deputado ou delegado de polícia são intimidados, imaginem então o próprio cidadão comum e mortal, que não tem amparo e proteção e vive à mercê da própria sorte, do crime e da injustiça, da bandidagem e da marginalidade.

O Paraná é um navio em alto mar, à deriva, não sabendo em qual porto atracar. E o governante que aí está de plantão, se é que chegou da sua viagem dos Estados Unidos, assiste, dando risada da desgraça do povo. Sorri faceiro porque anda com segurança, com a polícia que deveria cuidar da rua, para lhe proteger. E o secretário da Segurança Pública, no mesmo norte, na mesma direção, apenas e tão somente para tomar uma atitude paliativa, aqui, outra ali, e nada mais do que isso.

Os 50 milhões que o governo federal encaminhou ao Paraná, foram utilizados aonde? Além desses 50 milhões de reais, para o fundo de reequipamento da segurança pública, o que mais fez o governo Jaime Lerner?

Com certeza nada, a não ser deixar que o povo do Paraná fosse trucidado pela criminalidade crescente e abusiva que existe no nosso Estado!

Ora, como é que nós vamos imaginar um Estado como o Paraná, palco do crime organizado, com a própria polícia dando proteção à marginalidade e o banditismo? Como é que vamos imaginar nosso Estado, um dos mais pujantes da Federação, permitir que no seio da segurança pública a marginalidade, a delinquência, o crime organizado passem a se sustentar, senhor presidente, pela incompetência das autoridades, pela incompetência do governo? É pela incompetência dos seus aspones que nada fazem, que nada mexem e o Paraná sofre e o nosso povo é trucidado.

Por isso, senhor Ângelo Vanhoni, tem que fazer alguma coisa. Nós, deputados, colocando a nossa pele em risco, porque não haverão de faltar as ameaças de morte. Não haverá de faltar a intimidação, mas nós temos que fazer o nosso papel, cumprir com a nossa obrigação e fazer uma investigação limpa e decente para buscarmos dar uma resposta ao povo do nosso Estado. Não só na morte do deputado Tiago Amorim Novaes, que já se passaram 4 meses e ainda não foi esclarecido.

O próprio cidadão que o delegado Macurin acusa como o mandante do crime declarou em alto e bom tom, que o delegado Macurin o chamou para fazer um acordo para que ele assumisse o assassinato. Inclusive, esse cidadão, acusado como o autor intelectual do assassinato do deputado Tiago, sugeriu que o Paraná traga a Polícia

Federal para investigar o crime, porque a Polícia Civil não teria as condições para apurá-lo.

Por isso, senhor presidente, vamos mostrar ao Paraná que se o governo não faz a sua parte, a polícia não faz a sua parte, a Assembléia Legislativa fará, com uma CPI para investigar os assassinatos de Almirante Tamandaré, o aumento da criminalidade no nosso Estado e também, com prioridade o assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes! É coisa para gente que tenha coragem, é coisa para gente que tenha fibra e que não se intimide, e que não tenha medo de ameaças, é coisa para gente que tenha verdadeira devoção pela representação popular e por isso nós estamos convocando todos os deputados, independentemente de partido ou de posição política, para que todos nós somemos para dar uma resposta ao povo do Paraná que deseja e quer que toda essa situação seja revertida!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Grande Expediente, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Elio Rusch, senhoras e senhores deputados.

Nós, durante muito tempo, criticamos a forma como o Paraná acabou com o ensino médio profissionalizante, de uma forma atabalhoada, tempestiva, sem um projeto que trouxesse expectativa de colocar no lugar daquilo que se acaba, algo novo e diferente. Acabou-se com os cursos de contabilidade, com o curso normal, com os demais cursos profissionalizantes. Alguns não funcionando tão bem, necessitariam realmente de uma revisão da forma como estava implantado.

Mas o pior é jogar água suja com a criança junto, para fora da bacia. Então, nós tínhamos alguns problemas e no lugar dele foi criado um projeto, que foi mandado para o Banco Mundial chamado Proen, para arrecadar o dinheiro do Banco Mundial e acabou-se com as aulas de pedagogia, contabilidade, matemática financeira, didática e no seu lugar não foi colocado nada! Quer dizer, você tem uma redução de horas-aula, redução de vencimentos de professores, redução na oferta de ensino, e não foi colocado absolutamente nada!

Mas o Proen serviu para o governo pegar um pouco de recursos e fazer o portal das escolas, o portal arredondado e também serviu para desviar recursos públicos, com cursos de duvidosa reputação, contratações irregulares de professores, empresas estrangeiras, da Inglaterra, dos Estados Unidos, para dar cursos de aperfeiçoamento e tudo mais, que para nada serviram, se foi o recurso público, e as escolas estaduais que eram para ser construídos pela demanda de democracia escolar, não foram feitas!

Tenho o caso do município de Medianeira, que há mais de cinco anos estamos colocando emenda no Orçamento para reforma de escolas estaduais. É o caso de Londrina, que hoje o jornal "A Folha de Londrina" traz,

que a escola funciona em precárias condições. Não há bebedouro e falta energia elétrica para atender os alunos do período noturno.

As escolas estaduais, nem o recurso que foi proposto para fazer a reforma física, nem isso receberam. As reformas das escolas não receberam os recursos. Estão prometendo agora, às vésperas das eleições. Tomara que saia antes das eleições! Não estão recebendo recursos. Por quê? Porque a mesma Folha de Londrina, dia 05 passado, traz reportagem do Tribunal de Contas do Estado, que aponta desvios de recursos do Proen. Relatório da auditoria mostra as irregularidades encontradas na Secretaria da Educação que somam 990,7 mil dólares, de irregularidades.

Essas irregularidades não respeitaram nem o contrato que o próprio governo fez com o BID. Quer dizer, o governo propôs um contrato que para nós não servia - que acabava com o ensino profissionalizante e não colocava nada no lugar. Nem aquilo que o Governo se propôs a fazer, mal feito, ele fez. Por exemplo, contratou-se uma consultoria, Instituto Internacional para Desenvolvimento da Cidadania IDAC o valor de 89.512 (oitenta e nove mil, quinhentos e doze reais) para o segundo Seminário "Vencer Cidadão", realizado dia 19 e 23 de dezembro daquele ano. Do ano de 1999.

O processo, segundo a auditoria, não respeitou as normas estipuladas no contrato de empréstimos com o BID e não exigiu qualificações pertinentes, dos profissionais contratados. Também no ano de 2000, o IDAC, promoveu o segundo Seminário "Voluntários da Educação" e terceiro Seminário "Vencer Cidadão", e a Secretaria dispensou concorrência. Não observou nem a legislação que trata de concorrência. O contrato de maior valor, um milhão cento e trinta e oito mil e oitenta e oito dólares, no qual a auditoria do Caofi, também aponta na verdade. Foi com a instituição do Texas, dos Estados Unidos, especializada na capacitação de professores.

Quer dizer, até hoje ninguém sabe para onde foram esses recursos públicos.

Em 22.12.2000 a Secretaria de Estado da Educação realizou o processo de pré-qualificação, o relatório final apresentado em 23.03.2001, apontou que as irregularidades somam noventa pontos, dez a menos que as duas outras instituições.

Todo o processo do Proen, foi na verdade um projeto para ter arrecadação financeira. Um projeto total que previa quatrocentos milhões, o governo entraria com duzentos. Até agora o governo entrou com um pouco mais de oitenta milhões. Está faltando completar os recursos. Quer dizer, o governo nem aquilo que se propõe a fazer mal feito, o governo faz!

Com isso nós estamos vendo no Paraná, situação de escolas em que o Corpo de Bombeiros está interditando, porque a qualquer momento as escolas podem cair na cabeça dos alunos. Nós temos o caso da escola de Londrina, que foi recentemente inaugurada e não pode funcionar porque não tem luz, não tem água, tem um

bebedouro improvisado, para o lado de fora. E os recursos foram desviados.

É lastimável, em que nós tenhamos no Paraná uma proposta que se diz “inovadora”, gasta-se milhões num Seminário “Vencer Cidadão” de uma empresa do Texas, irregularmente. Aliás eu não sabia que existia um Seminário “Vencer Cidadão”. Se alguém souber onde teve, para que serviu, no que é que melhorou a educação pública, seria bom que trouxesse para nós.

Estarei apresentando, não na Sessão de hoje, mas amanhã, solicitando explicações ao governo do Paraná, com relação a esse Seminário. Quero saber da lista dos presentes e para que ele serviu. Está me parecendo mais aqueles esquemas de “vamos gastar dinheiro com curso, que ninguém sabe, é diferente de obra que tem metro quadrado” fazer curso que custa milhões, não serve para nada e nós não investimos nas escolas.

Concedo o aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Eu acompanhei a Folha de Londrina, até por hábito necessário, porque tenho que ler a Folha diariamente. E quero parabenizar V. Exa., por trazer esse problema agora.

Só fazer uma correção no que V. Exa. disse, com relação à escola inaugurada lá em Londrina que está funcionando sem a infra-estrutura necessária. Só para deixar registrado, o problema da infra-estrutura é problema da administração do seu partido, o PT, que o prefeito não está conseguindo fazer o que é de conta do município para realizar lá. Hoje mesmo me dispus a colaborar com o prefeito, para tentar tirar um empréstimo do Paraná Urbano que estou ajudando Londrina, para ajudar a administração às pequenas coisas. Lá tem um quarteirão de asfalto que precisa fazer na escola que hoje o Secretário de Obras do município de Londrina, Dr. Aluízio, que é representante do seu partido lá, disse que o município não tem dinheiro para fazer um quarteirão de asfalto, além do problema da infra-estrutura, que já tratei junto à Sanepar e também à própria Copel.

Só para fazer essa correção, para não deixar no ar que a responsabilidade é do Governo do Estado. O problema lá do funcionamento de infra-estrutura é problema de administração do prefeito Nedson Michelette, que casualmente é do seu partido.

Muito obrigado!

O Sr. Neivo Beraldin

V. Exa. tem, de nossa parte, sendo um assunto tão importante o nosso tempo na tribuna. Que V. Exa. possa continuar percorrendo esse assunto.

No entanto, gostaria de lembrar que na Casa tem uma Comissão de Educação, presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni. Eu acho que ele deveria convocar a Secretaria da Educação para discutir a questão do Proen e nós estaríamos com muito agrado fornecendo informações do Fundef e, também, uma coisa emenda na outra, e

uma é mais grave do que a outra, e só não vê quem não quer que o Estado foi loteado, está na mão, indicou quem vai fazer a obra na Secretaria tal.

Deputado Colombo, V. Exa. tem noção do que vai custar a restauração de alguns cinemas do Paraná?

Atenção, Ministério Público Estadual!

Acompanhe o valor orçado, o valor do convênio firmado, e verão o absurdo dos absurdos firmado está aí! Só não vê quem não quer, deputado Colombo!

Eu não entendo, sinceramente, como que o Ministério Público não revela certas situações, sobretudo na área da Educação. É impressionante ver o que foi feito no Fundef, o que está sendo feito com o Proen, o que está sendo feito com o ensino à distância, valor, custo.

Nós estamos diante de uma necessidade urgente que o Ministério Público estadual se manifeste, porque nós não temos visto uma ação mais concreta, sobretudo quando se firmam os documentos, fáceis de serem manuseados.

Eu não consigo entender como que o Tribunal de Contas escreve que o Governo do Estado está devendo para o Fundef, sendo que não é cumprida a lei do Fundef que é específica e atestado pelos técnicos, escrito e os conselheiros dão um remendo e dizem que as contas têm condições de serem aprovadas, quando há flagrante desvio, quando não se escreve quais os municípios que receberam 135 milhões de reais, quando não se comprova o gasto com água, luz.

O que é que nós estamos assistindo no Paraná?

É uma ausência total e absoluta das funções, sobretudo dos conselheiros do Tribunal de Contas, e também que eu não vejo, pode ser que esteja fazendo trabalho maravilhoso, mas eu não vejo, salvo melhor juízo, o Ministério Público, ainda precisamos conhecer uma ação mais concreta, sobretudo na questão Fundef, que eu acho que devia ser imediata.

Sobretudo, que nós fornecemos uma informação bastante balizada com documentos oficiais, e não há uma ação concreta.

Então, eu não sei até onde nós vamos caminhar, porque eu estou fazendo esse desabafo, deputado Colombo porque estou impressionado. Os conselheiros que fazem parte, os 7 que deveriam ser do Fundef, deveriam ser 7 conselheiros, o governo vetou um de Cascavel e são 6, e 4 são do governo e 2, são mais críticos.

E o governo faz e desfaz, fica devendo para o Fundef!

A lei não permite isso! Isso é lei federal, é crime!

E cadê a ação daqueles que têm a responsabilidade de agir, que é o caso do Tribunal de Contas e do Ministério Público?

Isso é o que eu gostaria de ver!

Posso até, amanhã, pedir escusas ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público se me disserem: “Agimos e estamos neste encaminhamento”.

Mas até aqui, eu não conheço nenhum encaminhamento porque oficialmente nada se fez até agora.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Neivo Beraldin, nos dois primeiros anos a partir de 1997, 1998 eles colocaram na conta do Tesouro; não havia como separar. A Constituição, a Emenda 14, não permite isso.

Se os conselheiros tomarem conta do “dinheirinho” da Educação, vai acontecer o que está acontecendo aí: escola sem luz, sem água. Escola é de responsabilidade do Estado, em que pese a tentativa de explicação do deputado Moysés Leônidas, que acho pertinente, que a Prefeitura tem que dar acesso ao local, mas a energia elétrica e a instalação da água é competência do Estado! Se for escola do ensino fundamental tem dinheiro da Fundef; se for do ensino médio tem do Proen. Quer dizer, dinheiro tem, recursos também tem, mas está sendo desviado, mal versado, sem concorrência pública. O Tribunal de Contas não cobra com veemência, com uma atitude positiva com relação a isso para salvar a educação paranaense. É isso que estamos vendo. Transformar um problema de desvio de recursos públicos do Proen, recurso público do Fundef que também está havendo, vem dizer que é um problema de asfalto na rua, é muita simplificação demais para tudo isso. O que acontece é que não é só a escola de Londrina. É a escola da minha cidade, são várias escolas que estão sendo improvisadas. O que o Estado fez foi acabar com as matérias profissionalizantes de ensino médio, portanto diminui números de professores, paga menos hora-aula. Depois, faz um processo de supletização, distribui diploma de 2º grau, elimina a pressão popular por vagas na escola de ensino médio. Aí faz a supletização do ensino fundamental, diminui a pressão sobre o ensino fundamental.

O que temos hoje no Paraná? Temos uma legião de pessoas com diplomas emitidos e carimbados pela Secretaria da Educação, analfabetos que não conseguem escrever uma carta para sua mãe e para o seu papai. Isso é verdade! E o dinheiro da educação sendo desviado, tanto do ensino fundamental como do médio.

O Sr. Neivo Beraldin

Onde está o Ministério da Educação deste Brasil?

Onde está o representante regional do Paraná? Ele que nos visite que nós vamos dar a ele todas as informações documentais de desvio de dinheiro de ambos!

Vou um pouco mais longe. Como eles colocam tudo na conta 00. Vai para o Bradesco e depois vai para a conta 00. Cadê a República que cuida da Nação? Cadê o Ministério Público?

Vou dizer mais, aqueles que pensam que estão levando cheques para o interior para agradecer o prefeito, poderão estar levando dinheiro do Fundef ou do Proen, porque o dinheiro é misturado, ou do fundo de segurança, ou do fundo de saúde. Não há um cumprimento, nem da lei aprovada aqui, nem do orçamento; há um desvio, vai tudo para a conta 00 e o governo mistura e faz o que quer!

Deputado Irineu Colombo, me somo a V. Exa. para pedir em alto e bom som que o Ministério Público faça contato para dizer em que pé anda a investigação na questão da educação do Paraná, na questão mais importante que são as crianças.

Estamos hoje lançando um desafio público aqui ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para que venham aqui contraditar conosco, se for possível! Nós usaremos a tribuna e eles também, para dizer o que estão fazendo.

Sugiro a V. Exa. que encomende um grande expediente para que o Ministério Público venha aqui contar sobre a educação do Paraná, sobretudo do Fundef e do Proen.

O SR. IRINEU COLOMBO

Já estou encerrando, senhor presidente...

O Sr. Hermes Fonseca

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Colombo, a Bancada do PT no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, vai estar propondo uma CPI do Fundef. Falta apenas o apoio de partidos da Oposição para que essa CPI seja instalada. Essa a notícia que temos e que de uma vez por todas vai iniciar uma ação, pois quando queremos apurar um desvio, uma irregularidade, temos dois recursos: CPI, através do Poder Legislativo ou o Ministério Público; se o Ministério Público não o faz, cabe ao Parlamento fazê-lo. E é isso que vai acontecer com relação ao Fundef.

Com relação ao Proen, acho que deveríamos discutir essa questão mais profundamente aqui nesta Casa, porque se andarmos pelo interior do Estado vamos ver a carência dos prédios públicos: são banheiros com mau cheiro, que não poderiam ser usados, se a vigilância pública fosse visitar as escolas, são telhados totalmente com defeito, quando chove todas as instalações das escolas são alagadas. O Governo gasta bastante, por outro lado, quando faz uma reforma.

Lá em Cornélio Procopio, inclusive, publicaram na imprensa, que gastaram 975 mil reais na reforma de uma escola e antes de o governador inaugurar, a escola já estava com defeito.

Nós pedimos aqui na Assembléia, informações com a Secretaria de Estado da Educação e até agora não recebemos. Isso há mais de três ou quatro meses, sobre a reforma daquela escola. Gastaram um absurdo, acredito que a planilha previa material de primeira e usaram na escola material de quinta qualidade.

É esse o retrato da educação no Paraná, inclusive na aplicação dos recursos públicos em que há um protecionismo na escolha de empresas para fazer a reforma nas escolas do Estado do Paraná. Na região Norte do Paraná, apenas uma empresa de Londrina está fazendo as reformas, de uma forma geral.

Essas informações que gostaria de dar a V. Exa. para contribuir com a sua fala, hoje, no Grande Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Muito obrigado, deputado Hermes Fonseca.

Na verdade, é isso o que temos que colocar no lugar do governo Jaime Lerner, (que é um Governo fechado, sem transparência, que não permite a fiscalização), é a boa fiscalização do dinheiro público, uma proposta de transparência, que os conselheiros do Fundef, os conselhos que cuidam dos fundos públicos sejam absolutamente autônomos e funcionais para que tenhamos educação para nossas crianças do ensino fundamental e voltemos a ter o ensino profissional no Paraná, que foi extinguido pelo Governo com a proposta de colocar algo em seu lugar e até hoje nada foi feito. Apenas as escolas mal reformadas, laboratórios por fazer e algumas escolas faltando energia elétrica, água, e assim por diante.

Infelizmente, o dinheiro público está indo para o ralo, para o desvio, e as crianças paranaenses, padecendo na qualidade da educação.

Senhor presidente, era só.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças: PL, PSC, PSL, PPS, PPB, PFL, PSDB, PTB. Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Todas declinaram**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, só para fazer um registro, nesta tarde: ontem tivemos a convocação do selecionado brasileiro e o Paraná forneceu três cidadãos, três jovens paranaenses: o Beletti, nascido em Cascavel, na terra do nosso atual prefeito e ex-deputado, Edgar Bueno, hoje, jogando no São Paulo Futebol Club; o Rogério Senni, nascido em Pato Branco, terra do meu companheiro de bancada, Augustinho Zucchi e da Luciana Rafagnin e também jogando no São Paulo Futebol Clube.

E eu tenho o prazer e a felicidade de anunciar aqui, do José Cleber Pereira, 22 anos, começou a jogar futebol quando nós enquanto prefeito, estruturamos uma escolinha em Ibiporã, lá no Centro Comunitário da minha cidade, depois foi para o PSTC, posteriormente veio para o Atlético.

E tenho dupla satisfação, eu nascido em Uraí, e ele também, migramos para a cidade de Ibiporã e hoje tem a felicidade, aos 22 anos, de envergar a Camisa 10 do escrete nacional. Vem de uma família extremamente simples, mas muito bem estruturada; pai, mãe e seus irmãos hoje estão extremamente felizes e mostra a simplicidade e a grandeza de quando se tem uma família bem estruturada.

E é o caso do Cleberson, a quem de público quero desejar toda a felicidade do mundo, e que ele possa escolher aqueles bons amigos que com certeza deverão acompanhá-lo na sua carreira.

Este é o registro que desejaria fazer nesta tarde, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos deputado Antonio Anibelli, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utili-

dade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI de São José da Boa Vista, com sede e foro nesta cidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, NASA- Núcleo de Ação Solidária à Aids, do município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos aprovar nesta Sessão, emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Segunda chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

Atenção senhores parlamentares para a 2ª chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quantos deputados responderam?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

Vinte e oito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte oito senhores parlamentares responderam é a informação do nosso 1º secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

Precisa da 2ª chamada, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**).

Não há necessidade. Já há número suficiente para a votação.

Os deputados que aprovam a Emenda aprovada em 2ª discussão do Projeto de Lei nº 035/2002, permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e Adolescente Mão Amiga, do município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Será apreciada neste turno a emenda aprovada em 2ª discussão.

Está em votação a emenda aprovada em 2ª discussão. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado ausente do plenário não pode pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele está presente. Houve uma nova votação e ele está presente.

Há deputados suficientes para a votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores deputados que aprovam a emenda, aprovada em 2ª discussão do Projeto de Lei nº 126/2002, queiram levantar-se.

O deputado Neivo está presente.

Vinte e oito deputados aprovam.

Está **aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Quantos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e oito, segundo a informação do nosso 1º secretário.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, nas minhas contas tem 26 deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu tenho que me louvar na informação do 1º secretário. **Está aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Santo Rei - Aprosrei, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar neste turno, emenda aprovada em 2ª Discussão. Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, há um equívoco, porque o deputado Algaci Tulio não se faz presente e nem o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Algaci Tulio está em plenário.

O SR. NEIVO BERALDIN

O deputado Algaci Tulio está em plenário para a votação ou não? Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está.

Está em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada a emenda.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ

E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2000, de 11.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 109/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 109/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati tem por objetivo dispor sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná.

Fundamentação

Tal proposição já foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, aonde recebeu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública verificou que o projeto em questão tem a finalidade de fornecer dados indispensáveis ao planejamento de ações relativas ao sistema de trânsito.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.04.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O item 7º, conforme Requerimento nº 1116-A, de autoria do deputado Divanir Braz Palmas, constante do expediente, solicitando que seja votado o Projeto de Lei nº 212/2000, após a votação dos projetos constantes na presente Sessão Ordinária.

Está em votação o requerimento do deputado Divanir Braz Palmas. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esta Casa precisa ter um comportamento.

Desculpe-me, V. Exa. está na Presidência, mas não tinha número suficiente para contar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não pode contestar a informação do 1º secretário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Posso, sim!

O SR. ADEMAR TRAIANO

O deputado José Maria não estava presente no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não estava nem presente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Eu posso contestar, porque é um espetáculo ruim que dá esta Casa que tem que aprovar quando não tem número.

Por gentileza, V. Exa. cumpra!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. solicita na próxima votação, verificação. E aí V. Exa. terá a informação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Mas, que contei, tem 24! E não sou só eu que sei contar, V. Exa. também sabe, e o Secretário também sabe.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é função do presidente fazer contagem de votos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Já foi o tempo em que “Inês está morta”, senhor presidente. Já foi o tempo! Eu acho que V. Exa. não iria manchar a sua conduta na Presidência, fazendo votação sem quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderá requerer na próxima votação a verificação de quórum.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Mas a questão é que a votação já foi.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É matéria vencida, nobre deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Sem quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não estava nem aqui dentro do plenário, estava fora.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Fica aqui o protesto: sem quórum.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, olha, eu ouvi que deram presença para o deputado Simões, eu ouvi que alguém respondeu por ele, porque eu procurei.

Senhor presidente, eu estou levantando uma questão de ordem, não quero interrupção nem de companheiros, nem dos adversários.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está assegurada ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu procurei o deputado Carlos Simões; alguém respondeu por ele. E eu não estou vendo esse Carlos Simões aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele não está aqui.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então, senhor presidente, nós não podemos caminhar neste sentido, porque a palavra ou aquilo que diz o 1º secretário seja ele quem for, não pode ser contestada nesta Casa.

Afinal, somos ignorantes, analfabetos que não sabemos contar?! Isso não é a primeira vez que acontece nesta Casa! Não é a primeira vez! V. Exa. não pode deslustrar a sua presidência com posições para dar cobertura ao governo que tem obrigação de vir aqui fazer a Assembléia Legislativa funcionar! Somos nós e a imprensa está aí, eu já falei cinquenta vezes isto na tribuna, somos nós da minoria que estamos fazendo a Assembléia do Paraná funcionar! Ninguém diz nada!

Senhor presidente, a questão de ordem que eu levanto é a seguinte: Carlos Simões está presente? Respondeu? Quem é que respondeu por ele? Quem foi o deputado atrevido, mentiroso, fraudador que teve este comportamento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que na lista de presença não está incluído o deputado Carlos Simões.

Conforme lista de presença fornecida pelo 1º secretário, não consta a presença do deputado Carlos Simões.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, responderam por ele! Estava o nome dele aí, sim!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Divanir Braz Palma**)

Não constou o nome dele, nobre deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu estou falando com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurada a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu peço uma relação daqueles que estavam presentes, porque eu não sou surdo, os deputados estavam aí e ouviram alguém responder pelo deputado Simões e o voto dele foi, sim, contabilizado e o deputado José Maria Ferreira tem toda a razão, porque eu também não cheguei, na minha contagem, aos 28!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu solicito aos nobres parlamentares que fiquem em suas cadeiras para que na próxima votação nós possamos realmente verificar exatamente o quórum que temos na presente Sessão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, isto que está acontecendo aqui se deve à ausência permanente da bancada do governo e quando pretende votar alguma coisa, a bancada do governo vem em bloco, ainda assim, com minoria.

Respondeu, sim, alguém pelo deputado Carlos Simões, está no som aqui, é só requerer, e eu gostaria que V. Exa. declinasse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu estou aqui com a lista de presença de chamada.

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas eu ouvi o som!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não foi registrado a presença aqui na lista de presença, nobre deputado!

O SR. NEIVO BERALDIN

Olha bem, nós precisamos que V. Exa. relate quem foram os deputados que deram quórum para esta votação que teve aqui agora há pouco, o nome deles, presentes, para que eles ditem, de viva voz, para sanarmos esta dúvida, porque a dúvida está presente.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no meu entendimento, e quero crer no entendimento de todos os senhores deputados e da Mesa, a questão é muito clara. A Mesa deliberou a presença de mais de 28 deputados. Não há questão de ordem a ser esclarecida. Respeito a tentativa de manobra da Oposição de se retirar do plenário, é usual isto no Parlamento, a Bancada que dá sustentação política ao governo está maciçamente no plenário.

Nós desejamos votar, muitos deputados que são da Oposição, fizeram encaminhamento aqui neste plenário; a presença deve ser considerada.

Não há questão de ordem, e eu apelo a V. Exa., com o respeito que tenho a todos os parlamentares e principalmente à Mesa Executiva, para que a Ordem do Dia tenha prosseguimento e a normalidade da Sessão possa ter seqüência e a gente possa votar todas as matérias que constam na Ordem do Dia.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria somente argumentar à Presidência da Casa de que eu acho que não pode repetir um procedimento, na minha visão, errado. Em primeiro lugar, a Presidência da Casa reconhece que sair do Plenário para obstruir uma votação é um direito legítimo do Parlamento? É?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, regimentalmente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Regimentalmente. A Presidência da Casa reconhece que a bancada do governo já usou este expediente contra a Oposição?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tanto uma Bancada como a outra já usaram.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então, esse é um expediente democrático. Isso é feito em qualquer país do mundo. O governo tem a maioria na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Aqui, senhor presidente, agora há pouco, não tinha 28 deputados. Tinha 26 deputados. E se há um questionamento daquele que exerceu o direito de minoria, de obstruir a votação, questionar a votação e a Mesa Executiva, não garantir o direito à conferência, eliminando por completo a possibilidade de recurso.

E o recurso é o Plenário, porque se não, deputado Hermas Brandão, o senhor que é presidente, se eu estiver naquela cadeira que está o Alborghetti, mal intencionado, com uma votação qualquer e lhe comunicar um número, que não seja verdadeiro, que seja falso, V. Exa. não vai questionar a informação que eu como 1º secretário, lhe passei e vai dar a votação por encerrada, mesmo o número não sendo verdadeiro?

Se nos habituarmos com esse procedimento, nada mais aqui vai valer, porque temos que ter o respeito à maioria. Quando a maioria não consegue se colocar, tem que respeitar também a obstrução democrática da minoria. Por isso que, não permite o recurso à contagem do Plenário, é algo que não podemos aceitar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar ao nobre deputado Ângelo Vanhoni, que eu, sempre como presidente desta Casa, estou aqui já desde o ano passado, respeitei e acatei a informação do meu 1º secretário, porque ele e todos os que ocupam esta cadeira, merecem o meu respeito. São

atribuições do 1º secretário, no Artigo 23, do nosso regimento, entre outras atribuições, fazer a verificação de votação, a contagem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu pergunto: não cabe recurso ao Plenário

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso a V. Exa. que o Regimento...

O SR. ÂNGELO VANHONI

O regimento não é omissa a isso. O regimento fala em outro artigo, que qualquer deliberação do ponto de vista à votação, cabe recurso ao Plenário. Não é o presidente da Casa, nem o 1º secretário, a não ser em empate, que V. Exa. tem o direito de desempnar.

Ora, onde estamos? Que regimento é esse? Então, quero conferir todas as votações daqui para frente!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Quero fazer um apelo a V. Exa. Se a Sessão for tocada aos berros, a gente pode desligar o som. Caso contrário, pedir a V. Exa. para abaixar um pouco o som, porque está fazendo mal para todo mundo, até para quem está assistindo, aqui. Estamos em um embate, mas que seja em um tom que os ouvidos possam agüentar.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que na dúvida, favorece-se o réu, como está claro que havia 26 deputados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está claro, nobre deputado. Estou me baseando e me louvando na informação do 1º secretário, que merece todo o meu respeito e a minha consideração.

O SR. NEIVO BERALDIN

Então, V. Exa. faça a chamada nominal dos que apóiam o governo, para ver se tem 28 votos, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderá fazer na próxima...

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu pedi verificação de votação e V. Exa. considerou a informação do 1º secretário. Está gravado que alguém respondeu, em nome do deputado Carlos Simões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está anotado, aqui, nobre deputado. Eu já forneci a Ata a V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, não há 28 deputados, nem agora, aqui, do governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, eu gostaria, por uma questão de ética, deixar de trabalhar com suposições e tabularmos em cima de documentos. Não sou o 1º secretário, mas fui *ad hoc*, e fiz a chamada. Estou com a lista aqui, para qualquer colega observar e examinar a veracidade. Vou ler a lista.

Mesa Executiva:

Hermas Brandão - presente; Elio Rusch - presente; Valdir Rossoni - presente; César Seleme - presente; Edno Guimarães - presente; Nelson Garcia - presente; Duílio Genari - presente; Fernando Ribas Carli - presente; Miltinho Pupio - presente; Moysés Leônidas - presente; Tony Garcia - presente; Ademar Traiano - presente; Algaci Tulio - presente; Luiz Fernandes Litro - presente; Nelson Tureck - presente; Ricardo Maia - presente; Sérgio Spada - presente; Basílio Zanusso - presente; Divanir Braz Palma - presente; Durval Amaral - presente; Plauto Miró Guimarães - presente; Carlos Simões - ausente.

Agora, nobre deputado Waldyr, em parte é procedente a sua preocupação, porque alguém aqui infelizmente brincou com uma presença e eu depois saquei com a assessoria, estava me assessorando o Celso e vimos que era alguém, até ele falou: alguém achou que era Carlos Martins. O senhor está vendo aqui que eu modifiquei na hora ali. Certo? Então o Carlos Simões não está presente na minha lista. Depois vem:

Hidekazu Takayama, Luiz Alborghetti, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins e Fernando Guimarães.

Consta 28 presentes e minha assinatura, e quem duvidar da minha assinatura aqui vai ter que provar senão vai para a justiça. Não brinco em serviço! Quem me conhece sabe que não estou a serviço de ninguém, estou a serviço do meu nome e do meu mandato.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu dei uma olhada na lista e o que tem ali, rasura onde estava marcada a presença do Sr. Carlos Simões, apagou-se, rasurou-se, apagou-se enfim a presença dele e se colocou como ausente, mas está aí, inclusive, na hora da votação o próprio documento apresentado mostra que houve modificação em relação à presença do Carlos Simões.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, se o deputado Carlos Simões estivesse presente seriam 29 presenças ao invés de 28, resta claro que é só o “jus esperneand” na Oposição.

Eu sugiro a V. Exa. que prossigamos seguindo a Ordem do Dia e a Oposição se ficar inconformada pela verificação de votação, peça chamada nominal, use os expedientes típicos do Parlamento, porque o resto é subterfúgio, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio-moradia para os servidores públicos integrantes dos quadros das Polícias Civil e Militar na ativa, que ganhem até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), bem como auxílio-transporte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E SP. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ. no DA nº 158/2000, de 14/11/2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 381/2000

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Geraldo Cartário, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio-moradia para os servidores públicos integrantes dos quadros das Polícias Civil e Militar, que ganhem até R\$2.500,00, bem como auxílio-transporte.

A concessão das vantagens propostas significaria aumento da remuneração dos servidores policiais civis e militares.

A matéria em questão é de vasto alcance e importância sociais e entendemos ser meritória a iniciativa do legislador que a propôs, já que todos sabemos das grandes dificuldades que o nosso Estado vem enfrentando na questão salarial não só destas corporações (que a respeito têm se manifestado) como também de todo o funcionalismo público.

Mas, apesar dos bons objetivos a que se pretende, chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que a mesma incorre em vício de origem, já que conforme preceitua o artigo 66 da Constituição Estadual, em seu inciso I:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I - ...criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;” (grifos nossos)

Diante do exposto e sendo o objeto do projeto de lei em análise matéria estritamente administrativa, a mesma compete essencialmente ao Poder Executivo, pelo que somos de parecer contrário ao projeto.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 381/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Geraldo Cartário, tem por escopo autorizar o

Poder Executivo a conceder auxílio-moradia e auxílio-transporte aos integrantes dos quadros das Polícias Civil e Militar do Estado, cuja remuneração atinja o limite de até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Frente às reais dificuldades enfrentadas pelos servidores públicos das Polícias Civil e Militar com o aviltante achatamento salarial da categoria nos últimos anos, acreditamos que este projeto estará contribuindo para que estes servidores tenham uma condição de vida mais digna com a implantação do auxílio-moradia e auxílio-transporte proposto.

Considerando as razões expostas o parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 381/2000.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 381/2001

P A R E C E R :

Em atendimento ao artigo 33, inciso 9º, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Permanente de Segurança Pública manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 381/2001, de iniciativa do deputado estadual Geraldo Cartário.

O projeto em tela autoriza o Governo do Estado a conceder auxílio-moradia no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) para os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa, que ganhem até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, bem como auxílio-transporte, pelo prazo de 50 meses, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para financiamento de veículos próprios.

Chamada esta Comissão a opinar, consideramos a dificuldade de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, tratando o referido projeto de benefícios para os servidores policiais militares e civis, que a exemplo das demais classes sofrem com baixos salários e ausência de reajustes causados pela política salarial do atual governo. Portanto, somos favoráveis ao referido projeto, quando ao mérito ora analisado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 996, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** (Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 381/2000).

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que cria a Corregedoria Geral do Estado do Paraná, para coordenar as

investigações de denúncias de corrupção na Administração Pública do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CF. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. (Publ. no DA nº 034/2001, de 09/04/2001)

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 112/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, objetiva criar a Corregedoria Geral do Estado do Paraná, para coordenar as investigações de denúncias de corrupção na Administração Pública do Estado do Paraná.

Sobre a referida matéria, já podemos constatar a existência de pronunciamento contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça ao referido projeto de lei.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar que a medida é altamente interessante, na medida em que fará com que todas as investigações de denúncias, junto aos órgãos da Administração Estadual, tramitem de forma bem acelerada.

Desta forma, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável pela apreciação em Plenário do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 112/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo criar a Corregedoria Geral do Estado do Paraná, para coordenar as investigações de denúncias de corrupção da Administração Pública do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, constatamos que a matéria peca por vício de origem, como reza o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual, onde estabelece a iniciativa privativa do senhor governador dispor sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Assim, sugerimos o arquivamento da presente matéria.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

Como há parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, temos que fazer a votação ao inverso.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Está rejeitado.

O SR. WALDYR PUGLIESI
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e sete senhores deputados rejeitam.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Um deputado.

Está rejeitado o projeto.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/2001, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 271/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Tiago Amorim Novaes, o Projeto de Lei nº 271/2001 objetiva autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand.

Em vista da justificativa apresentada e por tratar-se de projeto apenas autorizatório, esta Comissão de Constituição e Justiça entende não existir qualquer óbice à normal tramitação do mesmo, que está em condições de ser levado à apreciação do douto Plenário.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 271/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros no referido município, para que se possa prestar melhor atendimento à população e evitar prejuízos maiores no caso de ocorrer tais sinistros.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Manguaerinha. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 299/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Nereu Moura, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a criar a 4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além de seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Manguaerinha.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, observamos que o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual estabelece:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública”.

A existência dessa regra na Constituição poderia prejudicar o trâmite do presente projeto de lei. Todavia, diante do fato de tratar-se de projeto de lei autorizatório e de precedentes aprovados por esta CCJ envolvendo casos semelhantes (Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do deputado Beto Richa, que criou o Núcleo Regional de Educação de Jaguariaíva e Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti) opino pelo parecer favorável à regular tramitação do mesmo.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 299/2001

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, visa autorizar o Poder Executivo a criar a

4ª Companhia da Polícia Militar no município de Palmas, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa e Manguaerinha.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que tal propositura contribuirá para melhora na área de segurança pública nos referidos municípios.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Senhores deputados que aprovam o projeto do deputado Nereu Moura, queiram levantar-se.

Três aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito rejeitam o projeto.

Está rejeitado.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 363/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais.

Há que se destacar que o censo populacional dos portadores de necessidades especiais já foi efetuado pelo Governo Federal através do Censo 2000.

Todavia, o projeto não encontra óbices de natureza legal ou constitucional, cabendo à Comissão de Finanças desta Casa de Leis analisar a oportunidade e conveniência da realização de tal pleito, tendo em vista os esforços do Governo Federal neste sentido, bem como o elevado custo financeiro para o Estado do Paraná.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo dispor sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais.

A matéria foi analisada anteriormente quanto à sua legalidade e constitucionalidade, pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou seu parecer favorável à aprovação da mesma.

Chamada a opinar, esta douta Comissão de Finanças, entende que a proposta em análise, visa instituir o censo populacional dos portadores de necessidades especiais a nível estadual, pois há de se ressaltar que a mesma iniciativa já foi efetuada pelo Governo Federal, através do Censo 2000.

A Constituição Estadual dispõe no artigo 12, inciso II, quanto à competência do Estado, aos cuidados com a saúde, e da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Ainda no artigo 14 da mesma Constituição Estadual, dispõe sobre a celebração de convênios entre o Estado do Paraná com entidades de direito público ou privado, para a realização de obras ou serviços. Portanto, deparamo-nos com a legalidade da iniciativa, associada à medida preventiva, e a liberação de recursos para a implementação do referido programa, o qual apresenta justificativas inerentes à sua instituição.

Neste sentido, no âmbito desta Comissão de Finanças, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, manifestando parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 363/2001, prosseguindo assim sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 363/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais.

Chamada esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para emitir o seu parecer, observando que não existe nenhum óbice quanto à sua normal tramitação nesta Casa de Leis e de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças,

vem manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 363/2001.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 995, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se: 26, aprovam; 03, rejeitam.

Está **aprovado** o requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 363/2001.

ITEM 13

!ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que institui o programa "Paz na Escola", de ação interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (**Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 679/2001

Relatório

Da autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, o presente projeto visa instituir o programa "Paz na Escola" de ação interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas públicas de ensino do Estado do Paraná.

Fundamentação

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, que trata das atribuições da Assembléia Legislativa, em seu inciso V, cita que cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre programas estaduais.

Conclusão

Pela análise realizada, concluímos pela constitucionalidade do projeto de lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 679/2001

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, institui o Programa "Paz na Escola", de ação interdisciplinar e de participação comu-

nitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça se pronunciou favorável a presente proposição, que será de grande importância ao ensino público no Estado do Paraná.

Esta Comissão apresenta parecer favorável, porque este projeto abre a possibilidade da articulação conjunta entre o Poder Público e as entidades sociais e comunitárias.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 679/2001

O Projeto de Lei nº 679/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem o objetivo instituir o Programa "Paz na Escola", de ação interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede públicas de ensino do Estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, assim como a Comissão de Finanças.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

Em votação.

Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam o projeto do deputado Luiz Carlos Alborghetti, queiram levantar-se.

28, aprovam; 01 rejeita.

Está **aprovado** em 1ª Discussão o projeto do deputado.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2001, que altera redação da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 193/2001, de 11.12.2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 696/2001
MENSAGEM 61/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 696/2001, de autoria do Poder Executivo, altera a redação do artigo 301 da Lei 6.174/70 - Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná.

O referido artigo dispõe sobre interrupção e suspensão de prazos prescricionais.

Conforme prescreve o inciso II do artigo 66 da Constituição Estadual, é competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva".

O prazo prescricional do inciso II do artigo 301 fica alterado de quatro anos para cinco anos.

Os parágrafos acrescidos inserem casos de suspensão de prazos prescricionais, porque estes não estavam especificados no estatuto.

Considerando a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 696/2001.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2002, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2002, de 06.03.2002 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 091/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 091/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 07/2002, tem por finalidade autorizar do Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel conforme específica.

O aludido imóvel é constituído pelo terreno resultante da unificação dos lotes de nº 10 a 32 da planta Vila Gonçalves, no Bairro Mercês em Curitiba, com área de 8.904,60m², e um prédio industrial em alvenaria, imóvel este denominado Canal da Música.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Plauto Miró Guimarães, manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto quanto à constitucionalidade e legalidade.

Chamado à manifestação de mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emitimos parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 091/2002

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 91/2002, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 07/2002, autoriza o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel conforme específica.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 8º do artigo 33 do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida. O referido imóvel será utilizado exclusivamente para as atividades afins à cultura, ligadas à Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável a aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 22.04.2002.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade

Pública Estadual a Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 645/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 645/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Associações Comunitárias do município de Roncador, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 646/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 646/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 651/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 651/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores do Rio das Bar-

ras, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04/12/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 665/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Cândido Rondon.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2002, e dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002 - Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 030/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme específica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 030/2002

A presente emenda Supressiva e Modificativa tem por objetivo suprimir da redação original do art. 5º a expressão “vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP”, modificar o parágrafo 1º do mesmo dispositivo, modificar os incisos II e VI do artigo 7º, acrescentando-lhe, ainda, o inciso IX, conforme redações a seguir:

“Art. 5º -

§ 1º - A qualificação da AGEOP como Agência Executiva implica em sua autonomia de gestão, assegurada pelo Contrato de Gestão, a ser celebrado com o Poder Executivo de acordo com as medidas específicas editadas.

Art. 6º -

Art. 7º -

I -

II - na Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD: 03 (três) cargos de diretor de departamento, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de assessor técnico, símbolo DAS-2; 09 (nove) cargos de gerente de programa, símbolo DAS-2; 01 cargo de chefe de Núcleo, símbolo DAS-5; 07 (sete) cargos de assistente, símbolo 15-C;

III -

IV -

V -

VI - na Agência Estadual de Obras Pública - AGEOP: 01 (um) cargo de diretor superintendente, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de diretor-adjunto, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-2; 03 (três) cargos de assessor técnico, símbolo DAS-5; 10 (dez) cargos de gerente, símbolo DAS-5; e 03 (três) cargos de assistente técnico, símbolo 1-C;

VII -

VIII -

IX - na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB: 01 (um) cargo de chefe do Núcleo Regional, símbolo DAS-5.”

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 30/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo da mensagem do Poder Executivo, dispõe sobre alterações na estrutura

organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme especifica.

Primeiramente, cumpre destacar que cabe ao Poder Executivo organizar a sua estrutura organizacional de forma a melhor se adequar aos programas e objetivos de cada gestão. Contudo, tal prerrogativa não é absoluta e independente, uma vez que tanto a Constituição Federal, quanto a Estadual, exigem que tais alterações sejam feitas por lei, passando assim pelo crivo do Poder Legislativo.

Assim, no exercício dessa prerrogativa, é que se questiona a extinção da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, a, qual tem papel fundamental na geração de emprego e renda, e cuja extinção certamente implicará em grave prejuízo ao setor.

É de conhecimento geral que, os Estados que não contam com pasta voltada exclusivamente aos assuntos do trabalho, possuem baixos resultados na geração de emprego e renda, decorrentes da inexistência de estrutura própria, o que prejudica sobremaneira a implementação e execução dos programas destinados à operacionalização das políticas do setor, afetando diretamente os seguimentos sociais da população mais necessitados.

Ademais, a geração de emprego e renda, é o desafio maior de qualquer administração pública que possua efetiva preocupação com a inclusão social, necessitando para tanto, de estrutura adequada e especializada para desenvolvimento dessa vital atividade.

Isto posto, o parecer é favorável na forma das emendas em anexo, mantendo-se a atual estrutura da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, SERT, pelas razões supra mencionadas.

Sala das Comissões, em 10.04.2002.

(a0) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 30/2002

Emenda Supressiva: Suprima-se a parte final do inciso I, do Artigo 1º, o inciso II, do Artigo 2º; e, o inciso VI, do Artigo 6º, do referido projeto de lei, ficando da seguinte forma:

Artigo 1º -

I - a secretaria de Estado do Planejamento e Coordenador Geral - SEPL, fica transformada em Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPD, mediante a incorporação, ao seu âmbito de atuação, das atividades relativas à articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico; a definição de diretrizes, ao planejamento e à implementação da política de governo na área de turismo, prevista, respectivamente, no § 1º, do artigo 2º da Lei nº 13.035 de 04 de janeiro de 2001.

Art. 2º -

I -

II - Suprimido

Art. 6º -

(...)

VI - Suprimido.

Sala das Comissões, em 10.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Apoioamento:

Geraldo Cartário e Marcos Isfer.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Godoy Moreira, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 037/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Godoy Moreira.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 037/2002

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 10.654, de 14 de dezembro de 1993, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar meu voto contrário ao item nº 20, Projeto de Lei nº 030/2002.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 030/2002.

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental Ambiental Norte do Paraná, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2002, de 26/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 071/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental Norte do Paraná, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Jussara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2002, de 06/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 093/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Jussara.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 093/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jussara, com sede no município de Jussara e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Prebisteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2002, de 13/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Igreja Prebisteriana de Jataizinho, com sede em Jataizinho.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 117/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Prebisteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utili-

dade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Mirorregião 14 - ACAMSOP/14, com sede e foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 122/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 13 - ACAMSOP/14.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favoráveis na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 122/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - ACAMSOP/14, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais no município de Vista Alegre - Florindo, com sede no município de Roncador e foro na Comarca de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2002, de 25/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 146/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede no município e Roncador.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer;

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 146/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Santa Terezinha, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 166/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Santa Terezinha, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores São Miguel de Cinco Mil, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 171/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores São Miguel Cinco Mil, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores La Salle, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 172/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Lá Salle, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Missionária Cristã, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação Missionária Cristã, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 33

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santa Fé, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santa Fé, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 34

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim dos Bancários, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 190/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim dos Bancários, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 35

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Voluntários Semeadores, com sede e foro no município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 09/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Voluntários Semeadores, com sede e foro no município da Lapa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De conformidade com o requerimento acima aprovado, vamos votar agora o item 07 em votação secreta, como manda o Regimento Interno.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor doutor Annibal Bianchini da Rocha. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO SERÁ SECRETA) (**Publ. no DA nº 083/2000, de 20.06.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Maia, o projeto de lei em apreço, pretende outorgar título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor doutor Annibal Bianchini da Rocha.

Autuada em 21.06.000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Pela justificativa apresentada, verifica-se que o homenageado é pessoa merecedora de tal honraria. Ficando atendido, assim, o disposto na Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de título de benemerência e cidadania honorária paranaense.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 212/2000, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08.08.2000

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 212/2000

O artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

“Ar. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário ao senhor Annibal Bianchini Rocha”.

Sala das Comissões, em 08.08.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

Solicito ao 1º secretário, chamada para votação.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na Sessão de ontem, eu havia apresentado um requerimento solicitando a retirada deste projeto de lei com o objetivo de transferir a votação para o dia de hoje.

Como na verdade ontem não teve quórum para votação, e naturalmente a Ordem do Dia de hoje é a mesma de ontem, eu faço esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1050, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Retirado pelo autor.**

Está retirado com a solicitação de V. Exa.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sem entrar no mérito do homenageado, já fiz essa solicitação à Mesa Executiva, sou o autor do projeto de lei que limita o título de cidadania honorária benemerita que poderia ser dado por esta Casa, e no meu projeto, que foi transformado em lei, diz que seria através dos partidos políticos que esses títulos seriam encaminhados à Mesa Executiva, depois de uma

discussão interna e aprovada dentro dos partidos políticos.

Todas as informações que me passam é que isso não tem sido cumprido pelos partidos políticos, e o número de títulos também não vem sendo cumprido.

Então, eu pedia a V. Exa. que nos passasse a relação ou que nós alterássemos a lei, pois da forma como está, a lei está sendo descumprida.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Infelizmente a Comissão de Constituição e Justiça não fez menção à lei por nós aprovada. Eu faria um apelo ao autor do projeto...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, só para que não transparecesse que fosse pessoal ao deputado Ricardo Maia. Que votássemos hoje, mas que a partir desse votação nós cumpríssemos a lei ou fizéssemos um levantamento de como está a aplicação da lei.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO MAIA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Sou particularmente avesso a essas homenagens, mas existe alguns casos que extrapola a todos nós.

O Dr. Annibal Bianchini chegou na cidade de Maringá dois anos antes de Maringá ser município. É um cidadão maringaense que fez o traçado na cidade de Maringá. Uma cidade de avenidas largas, arborizadas, calçadas amplas foram todas traçadas pelo engenheiro Annibal Bianchini da Rocha. Quem conhece Maringá sabe, temos no coração da cidade uma grande reserva nativa que foi traçada por ele.

O horto florestal também é uma outra reserva de mata virgem; foi do Annibal Bianchini. Fundador da primeira cooperativa, do parque de exposição, da nossa Universidade Estadual. É um cidadão maringaense que deixou marcado para todas as gerações da cidade de Maringá.

Vendo as avenidas arborizadas, vemos o valor que um cidadão desse teve na fundação da cidade de Maringá. Foi o loteador também de todas as áreas rurais da região de Maringá que foi a maior reforma agrária até hoje ocorrida em todo mundo.

Porque todos os lotes do Norte e Noroeste do Estado do Paraná foram lotes pequenos onde foram beneficiados grandes famílias. Peço aos senhores deputados que votemos favorável a este projeto de lei que vamos resgatar um grande nome, que merece o doutor Annibal Bianchini da Rocha.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Gostaria de emprestar o meu aval a esse projeto que foi apresentado, numa feliz iniciativa de dar esse título ao senhor Annibal Bianchini da Rocha.

Pessoa pioneira na cidade de Maringá que exerceu cargos públicos, chegando a ocupar a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, onde desenvolveu um grande trabalho.

Homenagens dadas a homens desse naipe vêm engrandecer este parlamento e engrandecer também o título de cidadania, porque são pessoas que deixaram de ter pensamentos particulares, egoísticos, interesses próprios e trabalharam coletivamente.

Annibal Bianchini da Rocha é um desses exemplos. Formou a primeira cooperativa do leite de Maringá. Teve esse trabalho com a Companhia Norte do Paraná. Formou todos os seus filhos lá em Maringá. Um homem ilibado, sério e sempre trabalhando coletivamente.

Votarei favorável, porque essa homenagem é merecida e só engrandece esse Parlamento. Homens desse tipo são exemplos para a nossa sociedade e para todo o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti)

(Procede à chamada nominal).

Votaram 44 deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito a gentileza dos deputados Orlando Pessuti e Basílio Zanusso para fazerem a escrutinação da votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti)

Senhor presidente, tivemos 37 votos **sim**, 5 votos **não**, e 2 votos **em branco**.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está aprovado por 37 votos, a concessão da honraria ao doutor Annibal Bianchini da Rocha.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, apenas para, com satisfação, registrar a presença do prefeito da Cidade de Sarandi, uma cidade ao lado praticamente de Maringá, o Aparecido que nos honra com a sua visita hoje, tratando dos assuntos da sua cidade, na capital do Estado, e prestigiando os nossos trabalhos aqui na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a ilustre visita à nossa Casa de Leis.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do prefeito de Nova Prata do Iguaçu, Jair Morgan, e seus assessores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos anais da Casa a presença dos nossos visitantes.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Só para comunicar, senhor presidente, aos senhores deputados, que ontem foi aberto o prazo para a apresentação de emendas à LDO de 2003, e o término deste prazo será no dia 26 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1094 de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Dezesseis senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

22 senhores deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento do deputado José Maria Ferreira.

Requerimento nº 973, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 977 e 1046, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 979 e 1004, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 984, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 986 a 988, 1056 a 1060, 1066 e 1095, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 989, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 994 e 1007, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 991, 1068 a 1070, 1072 a 1076, e 1105 e 1106, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1026 a 1032, 1034 e 1079, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 997 a 1000, de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1005, 1054, 1055, 1114 e 1115, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria dos deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1010 a 1012, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1014 a 1017, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1021 a 1023, 1110 e 1111, de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1047, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1053, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1061 a 1063, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1077, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1084, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1085 e 1086, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1088, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1093 e 1102, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1096 a 1100, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1104, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, com apoio do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1107, de autoria dos deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi e demais Srs. deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1112, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1113, de autoria dos deputados Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli e Algaci Tulio, com apoio dos srs. deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Tony Garcia, Nelson Tureck e demais srs. deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1101, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, o requerimento de urgência que foi acabado de votar, aprovado, solicitando recursos do BID passou hoje, ou pelo menos foi apresentado hoje como já em regime de urgência na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria que a Mesa averiguasse essa irregularidade. Antes da votação do requerimento, no plenário, já estava anotado regime de urgência, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou solicitar ao nosso assessor Dr. Celso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Inclusive, por deliberação do deputado Basílio Zanusso foi dado vistas a mim e ao deputado Orlando Pessuti, mas o relator informou que estava em regime de urgência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É verdade, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou fazer a verificação, nobre deputado.

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Estou em sã consciência. Fui eu quem relatou esse projeto. Eu não disse que estava em regime de urgência, pelo contrário, até olhei para o presidente Basílio Zanusso e achei que seria interessante, que fosse aberto vista para quem quisesse, não só para o deputado José Maria. Eu não falei. Aliás, é típico colocar na nossa boca, coisas que não falamos. Como aqui deixamos passar batido algumas coisas, relatei a matéria legal, mas não fiz esse tipo de informação.

O deputado Ângelo Vanhoni acabou de dizer, aqui, que acredita em mim, o que é muito bom.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O Basílio Zanusso, presidente da comissão está aí e sabe como ocorreu a informação.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero fazer um registro: participei da Comissão de Constituição e Justiça, na reunião de hoje e salvo um engano meu, em nenhum momento ouvi do relator, deputado Moysés Leônidas, que esse projeto em discussão estava em regime de urgência.

Pode ser que esteja havendo alguma confusão com relação ao último projeto que foi apresentado na comissão, que o deputado Traiano disse que estava em regime de urgência e não o projeto apresentado pelo deputado Moysés Leônidas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 894, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

15 parlamentares.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

23 parlamentares.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 893, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Verificação de votação a pedido do deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

15 parlamentares.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

23 parlamentares.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 892, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Verificação de votação a pedido do deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

13 parlamentares.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

25 parlamentares.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 896, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Em votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

15 parlamentares.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

23 parlamentares.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 895, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL
Verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

São sete requerimentos que temos, um passou por descuido do Durval Amaral, líder do governo, nas últimas votações, só nos vai restar, enquanto deputado, para conhecer as informações que estamos precisando, de uma ação popular, que a interpretaremos na Justiça, a Lei 4717 assegura isso, e é o que vamos fazer, a Lei de Responsabilidade Fiscal assegura, só que eu gostaria de usar o expediente que eu tenho enquanto parlamentar.

Vou usar o expediente enquanto tenho como cidadão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

15 parlamentares.

Os deputados que rejeitam.

23. Está **rejeitado**.

Requerimento nº 891, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL
Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

15 aprovam. 23 rejeitam.

Está **rejeitado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 513, 532, 599, 617, 642, 664, 691/2001 e 002/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 212/2000; 271, 679, 696/2001; 091/2002; 645, 646, 651, 665/2001; 030, 037, 071, 093, 117, 122, 146, 166, 170, 171, 172, 178, 185, 186, 190 e 192/2002.

Levanta-se a Sessão.